



**OS
PROTOCOLOS
DOS SÁBIOS
DE SIÃO**

Traduzido por
Gustavo Barroso

SUMÁRIO

PARTE I *(Capítulos 1-10)*

| | |
|---------------------|----|
| Capítulo I | 3 |
| Capítulo II | 7 |
| Capítulo III | 9 |
| Capítulo IV | 13 |
| Capítulo V | 15 |
| Capítulo VI | 18 |
| Capítulo VII | 20 |
| Capítulo VIII | 21 |
| Capítulo IX | 22 |
| Capítulo X | 24 |

PARTE II *(Capítulos 11-24)*

| | |
|----------------------|----|
| Capítulo XI | 27 |
| Capítulo XII | 29 |
| Capítulo XIII | 32 |
| Capítulo XIV | 33 |
| Capítulo XV | 34 |
| Capítulo XVI | 38 |
| Capítulo XVII | 40 |
| Capítulo XVIII | 41 |
| Capítulo XIX | 42 |
| Capítulo XX | 43 |
| Capítulo XXI | 48 |
| Capítulo XXII | 49 |
| Capítulo XXIII | 50 |
| Capítulo XXIV | 51 |

PARTE I

Capítulos 1-10

CAPÍTULO I

Resumo:

O direito reside na força. A liberdade é uma idéia. O liberalismo. O ouro. A fé. A autonomia. O despotismo do capital. O inimigo interno. A multidão. A anarquia. A política e a moral. O direito do mais forte. O poder judaico-maçônico é invencível. O fim justifica os meios. A multidão é cega. O alfabeto político. As discórdias dos partidos. A forma de governo que melhor conduz ao nosso fim é a aristocracia. As bebidas alcoólicas. O classicismo. A devassidão. O princípio e as regras do governo Judaico e franco-maçon. O terror. Liberdade. Igualdade. Fraternidade. O princípio do governo dinástico. A destruição dos privilégios da aristocracia dos cristãos. Cálculo psicológico. Abstração da liberdade. Removibilidade dos representantes do povo.

ABANDONANDO toda e qualquer fraseologia, estudemos cada idéia em si mesma e esclareçamos a situação com comparações e deduções.

Formularei, portanto, nosso sistema do nosso ponto de vista e do ponto de vista dos cristãos.

É preciso ter em vista que os homens de maus instintos são mais numerosos que os de bons instintos. Por isso se obtém melhores resultados governando os homens pela violência e o terror do que com discussões acadêmicas. Cada homem aspira ao poder, cada qual, se pudesse, se tornaria ditador; ao mesmo tempo, poucos são os que não estão prontos a sacrificar o bem geral para conseguir o próprio bem.

Quem conteve as feras chamadas homens? Quem os guiou até agora? No princípio da ordem social, submeteram-se à força bruta e cega, e mais tarde, à lei, que é essa força mascarada. Concluo, pois, de acordo com a lei da natureza, que o direito reside na força ⁽¹⁾.

A liberdade política é uma idéia e não uma realidade. É preciso saber aplicar essa idéia, quando for necessário atrair as massas populares ao seu partido com a isca duma idéia, se esse partido formou o desígnio de esmagar o partido que se acha no poder (nota: ex: Rev. Francesa). Esse problema torna-se fácil, se o adversário recebeu esse poder da idéia de liberdade, do que se chama liberalismo, e sacrifica um pouco de sua força a essa idéia. E eis onde aparecerá o triunfo de nossa teoria: as rédeas frouxas do poder serão logo tomadas, em virtude da lei da natureza, por outras mãos porque a força cega do povo não pode ficar um dia só sem guia, e o novo poder não faz mais do que tomar o lugar do antigo enfraquecido pelo liberalismo.

Nos dias que correm, o poder do ouro substituiu o poder dos governos liberais. Houve tempo em que a fé governou. A liberdade é irrealizável, porque ninguém sabe usar dela dentro de justa medida. Basta deixar algum tempo o povo governar-se a si mesmo para que logo essa autonomia se transforme em licença. Então, surgem dissensões que em breve se transformam em batalhas sociais, nas quais os Estados se consomem e em que sua grandeza se reduz a cinzas.

Se o Estado se esgota nas suas próprias convulsões ou se suas comoções intestinas o põem a mercê dos inimigos externos, pode ser considerado irremediavelmente perdido; caiu em nosso poder. O despotismo do capital, intacto entre nossas mãos, aparece-lhe como uma tábua de salvação, à qual, queira ou não queira, tem de se agarrar para não ir ao fundo.

Aquele cuja alma liberal quiser considerar esses raciocínios como imorais, perguntarei: se todo Estado tem dois inimigos, e se lhe é permitido, sem a menor pecha de imoralidade, empregar contra o inimigo externo todos os meios de luta, como, por exemplo, não lhe dar a conhecer seus planos de ataque ou defesa, surpreendê-lo à noite ou com forças superiores, porque essas mesmas medidas, usadas contra um inimigo pior, que arruinaria a ordem social e a propriedade, seriam ilícitas e imorais?

Um espírito equilibrado poderá esperar guiar com êxito as multidões por meio de exortações sensatas e pela persuasão, quando o campo está aberto à contradição, mesmo desarrazoada, mas que parece sedutora ao povo, que tudo compreende superficialmente? Os homens, quer sejam ou não da plebe, guiam-se exclusivamente por suas paixões mesquinhas, suas superstições, seus costumes, suas tradições e teorias sentimentais: são escravos da divisão dos partidos que se opõem a qualquer harmonia razoável. Toda decisão da multidão depende duma maioria ocasional ou, pelo menos, superficial; na sua ignorância dos segredos políticos, a multidão toma resoluções absurdas; e uma espécie de anarquia arruina o governo. A política nada tem de comum com a moral. O governo que se deixa guiar pela moral não é político, e portanto, seu poder é frágil. Aquele que quer reinar deve recorrer à astúcia e à hipocrisia. As grandes qualidades

populares - franqueza e honestidade - são vícios na política, porque derrubam mais os reis dos tronos do que o mais poderoso inimigo. Essas qualidades devem ser os atributos dos reinos cristãos e não nos devemos deixar absolutamente guiar por elas.

Nosso fim é possuir a força. A palavra "direito" é uma idéia abstrata que nada justifica. Essa palavra significa simplesmente isto: "Dai-me o que eu quero, a fim de que eu possa provar que sou mais forte do que vós". Onde começa o direito, onde acaba?

Num Estado em que o poder está mal organizado, em que as leis e o governo se tornam impessoais por causa dos inúmeros direitos que o liberalismo criou, veio um novo direito, o de me lançar, de acordo com a lei do mais forte, contra todas as regras e ordens estabelecidas, derrubando-as; o de por a mão nas leis, remodelando as instituições e tornando-me senhor daqueles que abandonaram os direitos que lhes dava a sua força, renunciando a eles voluntariamente, liberalmente...

Em virtude da atual fragilidade de todos os poderes, nosso poder será mais duradouro do que qualquer outro, porque será invencível até o momento em que estiver tão enraizado que nenhuma astúcia o poderá destruir...

Do mal passageiro que ora somos obrigados a fazer nascerá o bem dum governo inabalável, que restabelecerá a marcha regular do mecanismo das existências nacionais perturbadas pelo liberalismo. O resultado justifica os meios. Prestamos atenção aos nossos projetos, menos quanto ao bom e ao moral do que quanto ao útil e ao necessário.

Temos diante de nós um plano, no qual está exposto estrategicamente a linha de que não nos podemos afastar sem correr o risco de ver destruído o trabalho de muitos séculos.

Para achar os meios que levam a esse fim, é preciso ter em conta a covardia, a instabilidade, a inconstância da multidão, sua incapacidade em compreender e discernir as condições de sua própria vida e de sua prosperidade. É necessário compreender que a força da multidão é cega, insensata, sem raciocínio, indo para a direita ou para a esquerda ⁽²⁾. Um cego não pode guiar outro cego sem levá-lo ao precipício; do mesmo modo, os membros da multidão, saídos do povo - embora dotados de espírito genial, por nada entenderem de política não podem pretender guiá-la sem perder a nação.

Somente um indivíduo preparado desde a meninice para a autocracia é capaz de conhecer a linguagem e a realidade políticas. Um povo entregue a si próprio, isto é, aos ambiciosos do seu meio, arruina-se na discórdia dos partidos, excitados pela sede do poder, e nas desordens resultantes dessa discórdia. É possível às massas populares raciocinar tranquilamente, sem rivalidades intestinas, dirigir os negócios de um país que não podem ser confundidos com os interesses pessoais? Poderão defender-se dos inimigos externos? É impossível. Um plano, dividido por tantas cabeças quantas há na multidão, perde sua unidade, tornando-se ininteligível e irrealizável.

Somente um autocrata pode elaborar planos vastos e claros, pondo cada coisa em seu lugar no mecanismo da estrutura governamental. Concluamos, pois, que um governo útil ao país e capaz de atingir o fim a que se propõe, deve ser entregue às mãos dum só indivíduo responsável. Sem o despotismo absoluto, a civilização não pode existir; ela não é obra das massas, mas de seu guia, seja qual for ⁽³⁾. A multidão é um bárbaro que mostra sua barbárie em todas as ocasiões. Logo que a multidão se apodera da liberdade, transforma-a em anarquia, que é o mais alto grau de barbárie.

Vede esses animais embriagados com aguardente, imbecilizados pelo álcool, a quem o direito de beber sem limites foi dado ao mesmo tempo que a liberdade. Não podemos permitir que os nossos se degradem a esse ponto... Os povos cristãos estão sendo embrutecidos pelas bebidas alcoólicas; sua juventude está embrutecida pelos estudos clássicos e pela devassidão precoce a que a impelem nossos agentes, professores, criados, governantes de casas ricas, caixeiros, mulheres públicas nos lugares onde os cristãos se divertem ⁽⁴⁾. No número das últimas, incluo também as mulheres de boa vontade a devassidão e o luxo das perdas.

Nossa palavra de ordem é: Força e Hipocrisia. Somente a força pode triunfar na política, sobretudo se estiver escondida nos talentos necessários aos homens de Estado. A violência deve ser um princípio; a astúcia e a hipocrisia, uma regra para os governos que não queiram entregar sua coroa aos agentes de uma nova força. Esse mal é o único meio de chegar ao fim, o bem. Por isso não nos devemos deter diante da corrupção, da velhacada e da traição, todas as vezes que possam servir as nossas finalidades. Em política, é preciso saber tomar a propriedade de outrem sem hesitar, se por esse meio temos de alcançar o poder.

Nessa conquista pacífica, nosso Estado tem o direito de substituir os horrores da guerra pelas condenações à morte, menos visíveis e mais proveitosas para conservar o terror ⁽⁵⁾ que obriga os povos a obedecerem cegamente. Uma severidade justa, mas inflexível, é o maior fator da força dum Estado; não é somente nossa vantagem, porém nosso dever, para obter a vitória, seguir esse programa de violência e hipocrisia. Semelhante doutrina, baseada no cálculo, é tão eficaz quanto os meios que emprega. Não só por esses meios, mas também por essa doutrina de severidade, nós triunfaremos e escravizaremos todos os governos ao nosso supremo governo ⁽⁶⁾. Bastará que se saiba que somos inflexíveis para que cesse toda insubordinação.

Fomos nós os primeiros que, já na antigüidade ⁽⁷⁾, lançamos ao povo as palavras "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" ⁽⁸⁾, palavras repetidas tantas vezes pelos papagaios inconscientes que, atraídos de toda a parte por essa isca, dela somente tem usado para destruir a prosperidade do mundo, a verdadeira liberdade individual, outrora tão bem

garantida dos constrangimentos da multidão. Homens que se julgavam inteligentes não souberam desvendar o sentido oculto dessas palavras, não viram que se contradizem, não repararam que não há igualdade na natureza ⁽⁹⁾, que nela não pode haver liberdade, que a própria natureza estabeleceu a desigualdade dos espíritos, dos caracteres e das inteligências, tão fortemente submetidos às suas leis; esses homens não sentiram que a multidão é uma força cega; que os ambiciosos que elegeram são tão cegos em política quanto ela; que o iniciado, por mais tolo que seja, pode governar, enquanto que a multidão dos não-iniciados, embora cheia de gênio, nada entende da política. Todas essas considerações não abroilharam no espírito dos cristãos; entretanto, é nisso que repousa o princípio dinástico dos governos; o pai transmite ao filho os segredos da política, desconhecidos fora dos membros da família reinante, a fim de que ninguém os possa trair. Mais tarde, o sentido da transmissão hereditária dos verdadeiros princípios da política se perdeu. O êxito de nossa obra aumentou.

Todavia, no mundo, as palavras Liberdade, Igualdade, Fraternidade puseram em nossas fileiras, por intermédio de nossos agentes cegos, legiões inteiras de homens que arvoraram com entusiasmo nossos estandartes. Contudo, tais palavras eram os vermes que roíam a prosperidade dos não-judeus, destruindo por toda a parte a paz, a tranqüilidade, a solidariedade, minando todos os alicerces de seus Estados. Vereis pelo que se segue como isso serviu ao nosso triunfo; isso nos deu, entre outras cousas, a possibilidade de obter o triunfo mais importante, isto é, a abolição dos privilégios, a própria essência da aristocracia dos cristãos, o único meio de defesa que tinham contra nós os povos e as nações ⁽¹⁰⁾. Sobre as ruínas da aristocracia natural e hereditária, elevamos nossa aristocracia da inteligência e das finanças. Tomamos por critério dessa nova aristocracia a riqueza, que depende de nós, e a ciência, que é dirigida por nossos sábios.

Nosso triunfo foi ainda facilitado pelo fato de, nas nossas relações com os homens de quem precisamos, sabermos tocar as cordas mais sensíveis da alma humana: o cálculo, a avidez, a insaciabilidade dos bens materiais, todas essas fraquezas humanas, cada qual capaz de abafar o espírito de iniciativa, pondo a vontade dos homens à disposição de quem compra sua atividade.

A idéia abstrata da liberdade deu a possibilidade de persuadir as multidões que um governo não passa de gerente do proprietário do país, que é o povo, podendo-se mudá-lo como se muda de camisa.

A removibilidade dos representantes do povo coloca-os à nossa disposição; eles dependem de nossa escolha.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ é o conceito judaico do direito naturalista de Espinoza. A conferir com a famosa declaração, em discurso, de Stalin: "Nós, os comunistas, não reconhecemos nenhuma lei moral que de qualquer modo prejudique a liberdade de ação do *plano central* da revolução".

Esta declaração dos "Protocolos", de que o direito reside na força, está de acordo com o Talmud, que, segundo as palavras do Prof. Cohen, em abril de 1833, citadas às páginas 62 e 63 do "Lichtstrahlen am den Talmud", ("raios de luz do Talmud"), de Dinter, "deve ser considerado, ainda hoje, como a única fonte da moral judaica" e como "a fonte judaica das leis judaicas". O escritor judeu Kadmi Cohen, com efeito, no seu livro "Nômades", págs. 52-53, diz que "o direito talmúdico nega o fato e exalta a vontade". Cita o próprio texto talmúdico que completa o conceito de residir o direito na força: *Ein davar havened Bifnei haraçon*, o que quer dizer: *Nada pode resistir à vontade*. Em contraposição, o direito romano-cristão se baseia em três preceitos morais: *Honeste vivere*, viver honestamente; *neminem laedere*, não lesar a ninguém; e *suum cuique tribuere*, dar o seu ao seu dono. A diferença é substancial e evidente.

⁽²⁾ Cf. René Guénon, "La crise du monde moderne", edição Bossard, Paris, 1927, pág. 185: "A massa, sem dúvida, foi sempre conduzida deste ou daquele modo, podendo-se concluir, porque ela não passa dum elemento passivo, que é uma matéria no sentido aristotélico".

⁽³⁾ Cf. E. Eberlin, escritor judeu, no "Les Juifs d'Aujourd'hui", edição Rider, Paris, 1927, pág. 41: "A alta burguesia judaica pretende impor seus pontos de vista, aonde possa, à massa popular. (Eles mesmo admitindo...)"

⁽⁴⁾ O tráfico das brancas e dos entorpecentes (já na época), a prostituição em larga escala, devidamente industrializada (já na época), é obra reconhecidamente judaica. Há uma sociedade internacional denominada "Zwig Migdal", que explora esse rendoso negócio e contra a qual têm sido impotentes as polícias dos Estados Modernos, corrompidos ou judaizados e liberais. Ver a documentação reveladora em Julio Alsogaray, "La prostitución en Argentine", ed Denoel et Steele, Paris.

⁽⁵⁾ O papa Bento XV compreendeu isso admiravelmente e preveniu a cristandade em sua epístola Motu Proprio: "Eis que amadurece a idéia e que a todos os piores fatores de desordem ardentemente se devotam e da qual esperam a realização, o advento duma *República Universal*, baseada nos princípios da igualdade absoluta dos homens e na comunhão dos bens, da qual seja banida qualquer distinção de nacionalidades e que não reconheça nem a autoridade do pai sobre os filhos, nem a do poder público sobre os cidadãos, nem a de Deus sobre a sociedade humana. Postas em prática, tais teorias devem desencadear *um regime de inaudito terror*"....

⁽⁶⁾ A República Universal, sem autoridade, isto é, com a violência no lugar da autoridade, a que aludiu Bento XV.

⁽⁷⁾ Cf. Kadmi-Cohen, "Nômades", pág. 72: "Assim, nos corações semitas, para falar como Ibn Kaldun, floresciam como

realidades vivas a Liberdade e a Igualdade, esses dois princípios gêmeos que, depois não passaram de letras maiúsculas inscritas nos preâmbulos das constituições e na fachada dos edifícios públicos".

⁽⁸⁾ Cf. Bernard Lazare, "L'Antisemitisme", vol II, págs 175-176: "...os judeus acreditaram, não somente que a justiça, a liberdade e a igualdade podiam ser soberanas do mundo, mas se julgaram com a missão especial de trabalhar para esse reino. Todos os desejos, todas as esperanças que estas três idéias faziam nascer acabaram por se cristalizar em torno duma idéia central: a dos tempos messiânicos".

⁽⁹⁾ Ver René Guénon, "Orient et Occident", pág. 64: "O preconceito quimérico da *igualdade* vai de encontro aos fatos mais bem estabelecidos na ordem intelectual como na ordem física: é a negação de toda a hierarquia natural e o rebaixamento de todo o reconhecimento ao entendimento limitado do vulgo".

⁽¹⁰⁾ Um autor judeu reconhece isso, Jack London, quando escreve à página 206 do "Le Peuple de L'Abime": "Os grandes senhores feudais de antanho, gigantes louros da história, marchavam à frente nas batalhas. Sacrificavam sua pessoa, lutando duramente para ganhar suas esporas de ouro, fendendo os inimigos ao meio. Havia mais nobreza em manejar a espada de gume de aço do que em enriquecer, como hoje, comodamente sem risco, à custa do embrutecimento humano e da exploração feroz dos párias da vida".

CAPÍTULO II

Resumo:

As guerras econômicas são a base da supremacia judaica. A administração visível e os "Conselheiros Secretos". O êxito das doutrinas destruidoras. A assimilação na política. O papel da imprensa. O preço do ouro e o valor das vítimas judaicas.

PRECISAMOS que as guerras não dêem, tanto quanto possível, vantagens territoriais ⁽¹⁾. Transportada, assim, a guerra para o terreno econômico, as nações verão a força de nossa supremacia ⁽²⁾, e tal situação porá ambas as partes à disposição de nossos agentes internacionais, que têm milhares de olhos e que nenhuma fronteira pode deter. Então, nossos direitos internacionais apagarão os direitos nacionais, no sentido próprio da expressão, governando os povos, do mesmo modo que o direito civil dos Estados regula as relações entre seus súditos.

Os administradores, escolhidos por nós no povo, em razão de suas aptidões servis, não serão indivíduos preparados para a administração do país. Assim, facilmente se tornarão peões de nosso jogo, nas mãos de nossos sábios e geniais conselheiros, de nossos especialistas, educados desde a infância para administrar os negócios do mundo inteiro ⁽³⁾. Sabeis que nossos especialistas reuniram as informações necessárias para administrar segundo nossos planos, tirando-as das experiências da história e do estudo de todos os acontecimentos notáveis.

Os cristãos ⁽⁴⁾ não se guiam pela prática de observações imparciais tiradas da história, mas pela rotina teórica, incapaz de atingir qualquer resultado real. Por isso, não devemos contar com eles; que se divirtam ainda durante algum tempo, vivendo de esperanças ou de novas diversões, ou ainda da saudade dos divertimentos que tiveram. Deixemo-los acreditar na importância das leis científicas que lhes inculcamos - meras teorias. É com esse fim que constantemente aumentamos por intermédio de nossa imprensa sua confiança cega nessas leis. A classe intelectual dos cristãos ficará cheia de orgulho com esses conhecimentos, e sem os examinar logicamente, porá em ação todos os dados dessa ciência reunidos pelos nossos agentes para guiar seu espírito pelo rumo que precisamos.

Não julgueis nossas afirmações sem base; reparai no êxito que soubemos criar para o Darwinismo, o Marxismo, o Nietzscheísmo. Pelo menos para nós, a influência deletéria dessas tendências deve ser evidente ⁽⁵⁾.

Temos necessidade de contar com as idéias, os caracteres, as tendências modernas dos povos para não cometermos erros na política e na administração dos negócios. Nosso sistema, cujas partes podem ser expostas diferentemente segundo os povos que encontrarmos em nosso caminho, somente pode dar resultado se sua aplicação for baseada nos resultados do passado confrontados com o presente.

Os Estados modernos possuem uma grande força criadora: a imprensa. O papel da imprensa consiste em indicar as reclamações que se dizem indispensáveis, dando a conhecer as reclamações do povo, criando descontentes e sendo seu órgão.

A imprensa encarna a liberdade da palavra. Mas os Estados não souberam utilizar essa força e ela caiu em nossas mãos ⁽⁶⁾. Por ela, obtivemos influência, ficando ocultos; graças a ela, ajuntamos o ouro em nossas mãos, a despeito das torrentes de sangue e de lágrimas que nos custou consegui-lo... Resgatamos isso, sacrificando muitos dos nossos. Cada uma de nossas vítimas, diante de Deus, vale milhares de cristãos.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ Discurso do maçom Corneau, grau 33, presidente do Conselho da Ordem do Grande Oriente na França, na sessão de 28 de junho de 1917, do Congresso Maçônico em Paris: "A guerra se transformou em formidável luta das democracias organizadas contra as potências militares e despóticas". No mesmo discurso, afirmou que a guerra não passava de *simples etapa da Revolução Social*. A confissão de que a guerra é desencadeada pelas *forças ocultas* mediante um plano de ação desconhecido se encontra no mesmo Congresso Maçônico, no discurso do maçom Lebey, Secretário da Ordem: "De Waterloo a Sedan, de Sedan ao Marne, de Lafayette a Washington e de Washington ao Presidente Wilson e ao Marechal Joffre, *uma lógica obscura parece levar o mundo a um fim ignorado*" (note de quem parte tais declarações). V. Valéry-Radot, "Les temps de la colère", e Leon de Poncins, "La dictature des puissances occultes", edição Beauchesne, Paris, 1934, págs 196-197.

⁽²⁾ Essa supremacia está confirmada pelo judeu Bernard Lazare, no seu livro "L'Antisemitisme", vol. II, pág. 253, com estas palavras: "Constituídos num corpo solidário, os judeus abrem facilmente caminho na sociedade atual, relaxada e desunida. Se os milhões de cristãos que os rodeiam praticassem o apoio mútuo em lugar da luta egoísta, a influência do judeu seria logo esmagada; mas não o praticam e o judeu deve, senão dominar, como dizem os anti-semitas, ter o máximo das vantagens sociais e exercer essa espécie de supremacia contra a qual o anti-semitismo protesta, sem a poder abolir, porque ela depende não só da classe burguesa judaica, mas da classe burguesa cristã".

⁽³⁾ H.de Balzac, "Les illusions perdues", tomo III: "Há duas histórias, a oficial, mentirosa, e a secreta, em que estão as verdadeiras causas dos acontecimentos". É por essa razão que René Guénon diz o seguinte à pág 25 de "Orient et Occident": "A verdadeira história pode ser perigosa para certos interesses políticos".

⁽⁴⁾ Empregamos a palavra cristão e cristãos todas as vezes que encontramos no texto dos protocolos os termos judaicos "goy" e "goiym".

Segundo o erudito Saint-Yves d'Alveydre, no "L'Archéometre", assim os hebreus designam "O povo inorgânico privado de organização direta em proveito dum Estado político que lhe imponham *letrados parasitários*". Esse significado quadra admiravelmente bem com o pensamento dos "Protocolos".

⁽⁵⁾ René Guénon observou e estudou admiravelmente esta questão da ciência que nos é imposta de acordo com os "Protocolos". Consultar "Orient et Occident", pág.20: "Negando ou ignorando todo conhecimento puro ou supra-racional, a ciência abriu caminho que devia levar logicamente, dum lado, ao positivismo e ao agnosticismo, que produzem a mais estreita limitação da inteligência e seu objeto: do outro, a todas as teorias sentimentalistas e voluntaristas que se esforçam em criar no infra-racional o que a razão não lhes pode dar". Idem, pág.65: "A meia ciência assim adquirida, (pela vulgarização), é mais nefasta do que a ignorância pura e simples, pois mais vale nada saber do que estar com o espírito abarrotado de idéias falsas..."

⁽⁶⁾ O domínio do judaísmo na imprensa, nas agências de informação, de publicidade e distribuição de livros e jornais é notória.

CAPÍTULO III

Resumo:

A serpente simbólica e sua significação. Instabilidade do equilíbrio constitucional. O terror nos palácios. O poder e a ambição. As máquinas de falar dos parlamentos, os panfletos. Os abusos do poder. A escravidão econômica. "A verdade do povo". Os açambarcadores e a aristocracia. O exército dos franco-maçons judeus. A degenerescência dos cristãos. A fome e o direito do capital. A vinda e a coroação do "Senhor Universal". O objeto fundamental do programa das futuras escolas populares dos franco-maçons. O segredo da ciência da ordem social. Crise econômica geral. Segurança dos "nossos". O despotismo dos franco-maçons é o reinado da razão. Perda dum guia. A franco-maçonaria e a "grande" revolução francesa. O rei déspota é do sangue de Sião. Causas da invulnerabilidade da franco-maçonaria. A Liberdade.

POSSO hoje anunciar-vos que estamos perto do fim. Ainda um pouco de caminho e o círculo da Serpente Simbólica, que representa nosso povo, será encerrado. Quando esse círculo se encerrar, todos os Estados estarão dentro dele, fortemente emoldurados. O equilíbrio constitucional será em breve destruído, porque o temos falseado, a fim de que não cesse de inclinar-se para um lado e outro até gastar-se completamente ⁽¹⁾. Os cristãos julgavam ter construído bem solidamente esse equilíbrio e esperavam que os pratos da balança continuassem no mesmo nível. Mas, infelizmente para os cristãos, as pessoas reinantes são rodeadas por seus prepostos, que fazem tolices e se deixam levar pelo seu poder sem controle e sem responsabilidade. Devem esse poder ao terror que reina nos palácios. As pessoas reinantes, não tendo mais contacto com seu povo, nada podem concertar com ele, fortalecendo-se contra os indivíduos que aspiram ao poder. A força clarividente das pessoas reinantes e a força cega do povo, divididas por nós, perderam sua importância; separadas, são tão cegas como um cego sem o seu bordão. ⁽²⁾

Para impelir os ambiciosos a abusar do poder, opusemos umas às outras todas as forças, desenvolvendo todas as suas tendências liberais para a independência... Encorajamos para esse fim todas as tendências, armamos todos os partidos e fizemos do poder o alvo de todas as ambições. Transformamos os Estados em arenas onde reinam os distúrbios... Dentro de pouco tempo, as desordens e bancarrotas surgirão por toda a parte ⁽³⁾.

Os falastrões inesgotáveis transformaram as sessões dos parlamentos e as reuniões administrativas em prélios oratórios. Jornalistas audaciosos e panfletários cínicos atacam diariamente o pessoal administrativo. Os abusos do poder, finalmente, prepararão a queda de todas as instituições, e tudo será destruído pela multidão enlouquecida.

Os povos estão mais escravizados ao trabalho pesado do que no tempo da servidão e da escravidão. É possível livrar-se de um modo ou de outro da escravidão e da servidão. É possível compactuar com ambas. Mas é impossível livrar-se da miséria. Os direitos que inscrevemos nas constituições são fictícios para as massas; não são reais. Todos esses pretensos "direitos do povo" somente podem existir no espírito e são para sempre irrealizáveis. Que vale para o proletário curvado sobre seu trabalho, esmagado pela sua triste sorte, o direito dado aos falastrões de falar, ou o direito concedido aos jornalistas de escrever toda espécie de absurdos misturados com cousas sérias, desde que o proletariado não tira das constituições outras vantagens senão as miseráveis migalhas que lhe lançamos de nossa mesa em troca dum sufrágio favorável às nossas prescrições, aos nossos prepostos e aos nossos agentes? Para o pobre diabo, os direitos republicanos são uma ironia amarga: a necessidade dum trabalho quase cotidiano não lhe permite gozá-los; em compensação, tiram-lhe a garantia dum ganho constante e certo, pondo-o na dependência das greves, dos patrões e dos camaradas.

Sob a nossa direção, o povo destruiu a aristocracia, que era sua protetora e sua ama de leite natural, porque seu interesse era inseparável do interesse do povo. Agora que a aristocracia foi destruída, ele caiu sob o jugo dos açambarcadores, dos velhacos enriquecidos, que o oprimem de modo impiedoso.

Nós aparecemos ao operário como os libertadores desse jugo, quando lhe propusermos entrar nas fileiras do exército de socialistas ⁽⁴⁾, anarquistas e comunistas que sempre sustentamos sob o pretexto de solidariedade entre os membros de nossa franco-maçonaria social. A aristocracia, que gozava de pleno direito do trabalho dos operários, tinha interesse em que os trabalhadores estivessem fartos, fossem sadios e fortes. Nosso interesse, ao contrário, é que os cristãos degenerem. Nosso poder reside na fome crônica, na fraqueza do operário, porque tudo isso o escraviza à nossa vontade, de modo que ele fique sem poder, força e energia de se opor a ela. A fome dá ao capital mais direitos sobre o operário do que a aristocracia recebia do poder real e legal.

Pela miséria e o ódio invejoso que dela resulta, manobramos as multidões e nos servimos de suas mãos para esmagar os que se oponham aos nossos desígnios.

Quando chegar a hora de ser coroado nosso soberano universal, essas mesmas mãos varrerão todos os obstáculos que se lhe antepõem.

Os cristãos perderam o hábito de pensar fora de nossos conselhos científicos. Por isso, não enxergam a necessidade urgente de fazer o que nós faremos, quando chegar o nosso reinado, isto é, ensinar nas escolas primárias a primeira de todas as ciências, a única verdadeira das ciências da ordem social, da vida humana, da existência social, que exige a divisão do trabalho, e por conseguinte, a divisão dos homens em classes e condições ⁽⁵⁾.

É preciso que cada um saiba que não pode existir igualdade em virtude das diversas atividades a que cada qual é

destinado; que todos não podem ser igualmente responsáveis perante a lei; que, por exemplo, a responsabilidade não é a mesma naquele que, pelos seus atos, compromete toda uma classe, e naquele que somente atinge a sua honra. A verdadeira ciência da ordem social, em cujo segredo não admitimos os cristãos, mostraria a todos que o lugar e o trabalho de cada um devem ser diferentes, para que não haja uma fonte de tormentos em consequência da falta de correspondência entre a educação e o trabalho. Estudando essa ciência, os povos obedecerão de boa vontade aos poderes e à ordem social estabelecida por eles no Estado. Ao contrário, no estado atual da ciência, tal qual a fizemos, o povo, acreditando cegamente na palavra impressa, em consequência dos erros insinuados à sua ignorância, é inimigo de todas as condições que julga acima dele, porque não compreende a importância de cada condição.

Essa inimizade aumentará ainda em virtude da crise econômica que acabará por parar as operações da Bolsa e a marcha da indústria.

Quando criarmos, graças aos meios ocultos de que dispomos por causa do ouro, que se acha totalmente em nossas mãos, uma crise econômica geral, lançaremos à rua multidões de operários, simultaneamente, em todos os países da Europa ⁽⁶⁾.

Essas multidões por-se-ão com voluptuosidade a derramar o sangue daqueles que invejam desde a infância na simplicidade de sua ignorância e cujos bens poderão então saquear ⁽⁷⁾.

Elas não tocarão nos nossos, porque conheceremos de antemão o momento do ataque e tomaremos medidas acauteladoras ⁽⁸⁾.

Afirmamos que o progresso submeteria todos os cristãos ao reinado da razão. Será esse o nosso despotismo, que saberá acalmar todas as agitações com justas severidades, extirpando o liberalismo de todas as instituições.

Quando o povo viu que lhe faziam tantas concessões e complacências em nome da liberdade, julgou que era amo e senhor, e se lançou sobre o poder; porém, naturalmente, foi de encontro, como um cego, a muitos obstáculos; pôs-se a procurar um guia, não teve a idéia de voltar ao antigo e depôs todos os poderes aos nossos pés. Lembrai-vos da revolução francesa, a que demos o nome de "grande"; os segredos de sua preparação nos são bem conhecidos, porque ela foi totalmente a obra de nossas mãos ⁽⁹⁾.

Desde então, levamos o povo de decepção em decepção, a fim de que renuncie mesmo a nós, em proveito do rei-déspota do sangue de Sião, que preparamos para o mundo ⁽¹⁰⁾.

* Atualmente somos invulneráveis como força internacional, porque quando nos atacam em um Estado, somos defendidos nos outros. A infinita covardia dos povos cristãos, que rastejam diante da força, que são impiedosos para a fraqueza e para os erros, porém indulgentes para os crimes, que não querem suportar as contradições da liberdade, que são pacientes até o martírio diante da violência dum despotismo ousado, tudo isso favorece nossa independência. Sofrem e suportam dos primeiros ministros de hoje abusos pelo menor dos quais teriam decapitado vinte reis.

Como explicar tal fenômeno e tal incoerência das massas populares em face dos acontecimentos que parecem da mesma natureza ?

Esse fenômeno se explica pelo fato de fazerem esses ditadores - primeiros ministros - dizerem baixinho ao povo que, se causam mal aos Estados, isto é com o fito de realizar a felicidade dos povos, sua fraternidade internacional, a solidariedade, os direitos iguais para todos. Naturalmente, não se lhe diz que essa unidade será feita sob nossa autoridade.

E eis como o povo condena os justos e absolve os culpados, persuadindo-se cada vez mais que pode fazer o que lhe der na veneta. Nessas condições, o povo destrói toda estabilidade e cria desordens a cada passo.

A palavra "liberdade" põe as sociedades humanas em luta contra toda força, contra todo poder, mesmo o de Deus e o da natureza. Eis porque, no nosso domínio, excluiremos essa palavra do vocabulário humano por ser o princípio da brutalidade que transmuda as multidões em animais ferozes. É verdade que essas feras adormecem logo que se embriagam com sangue, sendo, então, fácil encadeá-las. Mas se não lhes der sangue, não adormecem e lutam ⁽¹¹⁾.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ Esse equilíbrio é a famosa Harmonia dos poderes, tão ao agrado dos constitucionalistas modernos. O poder, que é um só, foi dividido em três, e às vezes, em quatro: judiciário, legislativo, executivo e moderador. Na luta pela imposição da ordem, ou dos interesses, fatal e naturalmente um deles se hipertrofia e se sobreleva os outros. Daí a situação falsa que se cria nos Estados, não correspondendo a realidade governamental nunca ao que teoricamente a constituição preceitua.

⁽²⁾ Eberlin, escritor judeu, "Les Juifs", pág.191: "Os judeus estão em toda a parte. Não passam de 1% da população terrestre, e todavia, são os iniciados e os primeiros adeptos de qualquer obra política, econômica e social".

⁽³⁾ É preciso não esquecer - declara o imparcialíssimo G. Batault em "Le problème Juif", págs. 55-56, "que a história

da civilização há dois mil anos é dominada por uma luta sem tréguas, com diversas alternativas e reverses, entre o espírito judaico e o espírito greco-romano".

⁽⁴⁾ E. de Leveleye, "Le socialisme contemporain", Paris, 1902, pág. 49, nota: "Os israelitas foram quase por toda a parte os iniciadores ou os propagadores do socialismo". A mesma opinião se encontra em Michels, "Les partis politiques", Paris, 1914, pág. 180: "O movimento socialista contemporâneo, apesar de seu rótulo, de suas pretensões científicas e de sua fraseologia tomada de empréstimo aos costumes e ao gosto do tempo, deve ser considerado, do ponto de vista ideológico, como uma espécie de movimento messiânico, *porque está todo imbuído de concepções judaicas, todo penetrado de espírito israelita* e nele os judeus exercem tão grande papel que se pode dizer preponderante".

⁽⁵⁾ Porque os movimentos nacionalistas e corporativistas ensinam isso, os judeus e seus sócios de empreitada, judaizantes, judaizados e altos maçons os odeiam de morte

⁽⁶⁾ A realização dessa profecia documenta a veracidade dos "Protocolos". Com efeito, segundo os cálculos fidedignos de F. Fried em "La fin du capitalisme", havia, no mundo em 1931, vinte e dois milhões de desempregados!!! (lembrando a população mundial da época, nos países industrializados) O resultado foram as chamadas "marchas da fome" por toda a parte...

⁽⁷⁾ Confira-se o que se passou na Itália, antes de Mussolini; na Alemanha, antes de Hitler; na Inglaterra, na França, na Áustria, na Espanha, nos Estados Unidos. Compare-se com as várias marchas da fome em diversos países. Será possível negar a evidência do plano revelado dezenas de anos antes? (o mesmo vale para os dias atuais. Confira a realização exata do plano nos dias atuais, um século depois. Como poderiam 2 obsuros agentes da polícia secreta Czarista prever com precisão absoluta um século? Como os judeus podem negar o livro se eles cumprem exatamente todas as ações descritas nele??? E sempre mantendo a mesma direção??? Como negar um FLAGRANTE?)

⁽⁸⁾ Confira-se com as medidas acauteladoras dos bens dos Rothschild durante os incêndios e saques da Comuna de Paris, em 1871, segundo Salluste, "Les Origines Secrètes du Bolchevisme".

⁽⁹⁾ A pág. 102 da notável obra "Les temps de la colère", Valéry-Radot chama as revoluções liberais da Europa, sem exceção, "revoluções judaicas". Tem toda a razão. Senão vejamos: Na "Iudische Rundschau", revista judaica, nº4, de 1920, o líder judeu Dr. Caim Weissmann afirma categoricamente: "Nossa força construtiva se transformará em força destrutiva e poremos o mundo inteiro em estado de fermentação".

É preciso dizer mais alguma coisa?

Não há mais clara confirmação dos "Protocolos" pela pena de um próprio judeu! O judeu Marcus Elias Ravage, num artigo do nº de janeiro de 1928 do "Century Magazine" assegura: "Tomai as três principais revoluções dos tempos modernos, a revolução francesa, a norte-americana e a russa. Serão outra coisa senão o triunfo da idéia judaica de justiça social, política e econômica?"

Outra vez uma declaração sem comentários.

Recorramos ao judeu Bernard Lazare, no seu livro "L'Antisémitisme", vol. I, pág. 247: "A Assembléia constituinte obedeceu ao espírito que a guiava desde suas origens, quando a 27 de setembro de 1791, declarou que os judeus gozariam em França dos direitos de cidadãos..." No vol. II, pág.7-8, "Esse decreto estava preparado de longa data, preparado pelo trabalho da comissão nomeada, pelos escritos de Lessing e Dohm, pelos de Mirabeau e Gregoire. Era o resultado lógico dos esboços tentados desde alguns anos pelos judeus e os filósofos. Mendelsohn, (o judeu Ben Moisés), na Alemanha, fora seu promotor, e mais adiante, defensor. E foi em Berlim, nos salões de Henriqueta de Lemos (judia de origem portuguesa), que Mirabeau se inspirou no convívio de Dohm".

No mesmo volume, pág. 9: "A judiaria se reunia em Berlim com a mocidade revolucionária alemã nos salões de H. de Lemos e de Raquel de Varnhagen (outra judia)".

À pág. 48, Bernard Lazare completa suas magníficas revelações: "Antes de tudo, a Revolução Francesa foi uma revolução econômica. Se pode ser considerada o termo duma luta de classes, deve-se também ver nela o resultado duma luta entre duas formas de capital, o capital imobiliário e o capital-móvel, o capital real e o capital industrial e agiota. Com a supremacia da nobreza desapareceu a supremacia do capital rural, e a supremacia da burguesia permitiu a supremacia do capital industrial e agiota. A emancipação do judeu está ligada à história da preponderância desse capital industrial.

O caráter internacional e judaico da Revolução Francesa não escapou, há mais de um século, à observação do cavalheiro de Malet, na sua obra "Recherches historiques et politiques qui prouvent l'existence d'une secte révolutionnaire, son antique origine, son organisation, ses moyens, ainsi que son but; et dévoilent entierement l'unique cause de la Révolution Française", Paris, edição Gide Fils, 1817. Eis o que ele diz: "Existe uma nação especial que nasceu e cresceu nas trevas, no meio de todas as nações civilizadas, com o fim de submetê-las todas ao seu domínio". (escrito em 1817!)

O imparcialíssimo Batault escreve à página 148 de seu livro já citado: "Depois, veio a Revolução Francesa, que trouxe aos judeus sua emancipação na França e a preparou ao estrangeiro". Daí as revoluções judaicas de Valéry-Radot, confirmadas em Graetz, em "Histoire des Juifs", vide págs. 418-421: "A revolução de 1848 trouxe novas melhoras à situação dos judeus, tendo seu reflexo em Viena e Berlim, provocando a completa emancipação dos judeus da Áustria e

Alemanha; alguns mesmo foram eleitos deputados. Essa revolução teve consequências favoráveis para eles até na Rússia e nos Estados do Papa".

⁽¹⁰⁾ "La litterature des pauvres dans la Bible", do escritor judeu Isidoro Loeb, Paris, 1882, pág. 218: "Com ou sem o Rei-Messias, os judeus serão como o *centro da humanidade*, em torno do qual se reunirão os gentios, depois de sua conversão a Deus. A unidade da humanidade se fará pela unidade religiosa".

(100% de acordo com os protocolos.)

⁽¹¹⁾ Para isso, os judeus atizadores de revoluções não tem poupado o sangue dos cristãos. Vide as estatísticas das vítimas do terror na França, da Tcheka (futura KGB) na Rússia, de Bela-Kun na Hungria, das Astúrias, etc... Lede esta declaração do judeu bolchevista Lunatcharsky: "Nós amamos o ódio! devemos pregar o ódio. Só por ele poderemos conquistar o mundo".

CAPÍTULO IV

Resumo:

As diversas fases duma república. A franco-maçonaria externa. A liberdade e a fé. A concorrência internacional do comércio e da indústria. O papel da especulação. O culto do ouro.

TODA república passa por diversas fases ⁽¹⁾. A primeira compreende os primeiros dias de loucura dum cego que se atira para a direita e para a esquerda. A segunda é a da demagogia, de onde nasce a anarquia; depois vem inevitavelmente o despotismo, não um despotismo legal e franco, mas um despotismo invisível e ignorado, todavia sensível; despotismo exercido por uma organização secreta, que age com tanto menos escrúpulo quanto se acoberta por meio de diversos agentes, cuja substituição não só a não prejudica, como a dispensa de gastar seus recursos, recompensando longos serviços.

Quem poderá derrubar uma força invisível? Nossa força é assim. A franco-maçonaria externa serve unicamente para cobrir nossos designios; o plano de ação dessa força, o lugar que assiste, são inteiramente ignorados do público.

A própria liberdade poderia ser inofensiva e existir no Estado, sem prejudicar a liberdade dos povos, se repousasse nos princípios da crença em Deus, na fraternidade humana, fora da idéia de igualdade contrariada pelas próprias leis da criação, que estabelecem a subordinação. Com tal fé, o povo se deixaria governar pela tutela das paróquias e marcharia humilde e tranqüilo sob a direção de seu pastor espiritual, submetido à distribuição divina dos bens deste mundo. Eis porque é preciso que destruamos a fé, que arranquemos do espírito dos cristãos o próprio princípio da Divindade e do Espírito, a fim de substituí-lo pelos cálculos e pelas necessidades materiais ⁽²⁾.

Para que os espíritos dos cristãos não tenham tempo de raciocinar e observar, é necessário distraí-los pela indústria e pelo comércio. Desse modo, todas as nações procurarão suas vantagens e, lutando cada uma pelos seus interesses, não notarão o inimigo comum. Mas para que a liberdade possa, assim, desagregar e destruir completamente a sociedade dos cristãos, é preciso fazer da especulação ⁽³⁾ a base da indústria. Desta forma, nenhuma das riquezas que a indústria tirar da terra ficará nas mãos dos industriais, mas serão sorvidas pela especulação, isto é, cairão nas nossas burras.

A luta ardente pela supremacia, os choques da vida econômica criarão e já criaram sociedades desencantadas, frias e sem coração. Essas sociedades terão uma profunda repugnância pela política superior e pela religião. Seu único guia será o cálculo, isto é, o ouro, pelo qual terão verdadeiro culto ⁽⁴⁾, por causa dos bens materiais que pode proporcionar. Então, as classes baixas dos cristãos nos seguirão em nossa luta contra a classe inteligente dos cristãos no poder, nossos concorrentes, não para fazer o bem, nem mesmo para adquirir a riqueza, mas simplesmente por ódio dos privilegiados.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ Kadmi-Cohen, "Nômades", págs. 152,153: "De modo geral, por toda a parte, os judeus são republicanos. A república, que tende ao nivelamento, foi sempre uma de suas mais caras aspirações". - "Seu ódio de toda autoridade dinástica ou pessoal, seu sincero amor das instituições republicanas, sua repulsa por toda injustiça acham sua explicação no unitarismo, ideal de sua raça". Ótimo! República para os outros se esfacelarem; autocracia para o seu domínio...

⁽²⁾ Por isso, declara E. Fleg. na "Antologie Juive", pág. 261: "O judaísmo orienta-se unicamente para o futuro terrestre". Por isso, numa conferência sob o patrocínio da loja La Parfaite Union, de Mulhouse (França) a 26 de maio de 1927, dizia o maçom senador Bréhier: "Durante dois séculos, nossa mais perigosa inimiga foi a Igreja". Por isso o judaísmo e a Igreja, segundo Kadmi-Cohen, em "Nômades", pág. 181: "São dois contrários, duas antinomias, dois blocos que se defrontam". Por isso o "Rituel du 33 ème. degré du Grand Orient de France" declara: "Aniquilar o catolicismo contra o qual todos os meios são bons".

⁽³⁾ Diz o judeu Kadmi-Cohen, "Nômades", págs. 88-89 "Tudo no semita é *especulação*, de idéias ou de negócios, e, sob este último aspecto, que hino vigoroso não canta ele à glorificação do interesse terrestre!"

Batault diz em "Le problème juif", pág.39: "Na finança, tudo se concentrou em algumas mãos invisíveis, tudo se trama no silêncio e na noite. Cúmplices e solidários, os autores são secretos e discretos. Os instrumentos são as operações anônimas da bolsa; compra e venda, venda e compra. Sob ações invisíveis, os pratos da balança do destino oscilam. Contra a autoridade tirânica, contra o domínio do Econômico, é possível achar armas - o coração dos homens e a alma dos povos, mas deixam-nas enferrujar na bainha..."

⁽⁴⁾ O culto do ouro pelo judeu começa na Bíblia, com a adoração do Bezerra fundido por Aarão. Desde a mais alta antiguidade, o judeu cultiva e manobra o ouro. Por que razão os judeus intentaram um processo ao pretor Flaccus? (Época do Império Romano) Respondia Cícero, seu advogado, no "Pro Flacco": "Vendo que o ouro era, *por conta dos judeus*, exportado todos os anos da Itália e *de todas as províncias* para Jerusalém, Flaccus proibiu por um édito a saída do ouro da Ásia".

Bernard Lazare, "L'Antisémitisme", vol I, pág. 174: "A medida que se avança, vê-se com efeito, crescer nos judeus a

preocupação da riqueza e toda sua atividade prática se concentrar em um comércio especial, refiro-me ao comércio do ouro". Pág.187: "O ouro deu aos judeus um poder que todas as leis políticas e religiosas lhes recusavam... Detentores do ouro, tornaram-se Senhores de seus Senhores..."

Jack London, em "Le peuple de l'Abime": "O ouro é o passaporte do judeu".

CAPÍTULO V

Resumo:

Criação de forte concentração do governo. Os modos da franco-maçonaria se apoderar do poder. Por quê os Estados não conseguem entender-se. "Pre-eleição" dos judeus. O ouro é o motor de todos os mecanismos dos Estados. Os monopólios no comércio e na indústria. A importância da crítica. As instituições "como são vistas". Cansaço causado pelos discursos. Como tomar conta da opinião pública? A importância da iniciativa privada. O governo supremo.

QUE FORMA de administração se pode dar a sociedades em que se por toda parte penetrou a corrupção, em que somente se atinge a riqueza por meio de surpresas hábeis que são meias-velhacadas; sociedades em que reina a licença de costumes, em que a moralidade somente se agüenta por causa dos castigos e leis austeras, não por princípios voluntariamente aceitos; em que os sentimentos de Pátria e Religião, são abafados por crenças cosmopolitas? Que forma de governo dar a essas sociedades se não a despótica, que descreverei mais adiante? Regularemos mecanicamente todos os atos da vida pública de nossos súditos por novas leis. Essas leis irão retomando uma a uma todas as complacências e todas as liberdades demasiadas concedidas pelos cristãos e nosso reinado se assinalará por um despotismo tão majestoso que estará em condições, em qualquer tempo e lugar, de fazer calar os cristãos que nos queiram fazer oposição e que estejam descontentes.

Dir-nos-ão que o despotismo a que me refiro não está de acordo com os progressos modernos. Provarei o contrário.

Quando o povo considerava as pessoas reinantes como pura emanção da Vontade Divina, se submetia sem murmurar ao absolutismo dos reis, porém desde o dia em que lhe sugerimos a idéia de seus próprios direitos, considerou essas pessoas como simples mortais. A Unção Divina caiu da cabeça dos reis, pois que lhe arrancamos a crença em Deus; a autoridade passou para a rua, isto é, para um logradouro público, e nós nos apoderamos dela.

Demais, a arte de governar as massas e os indivíduos por meio de uma teoria e duma fraseologia habilmente combinadas pelas regras da vida social e por outros meios engenhosos, dos quais os cristãos nada percebem, faz também parte de nosso gênio administrativo, educado na análise, na observação, em tais sutilezas de concepção que não encontram rivais, pois que não há ninguém como nós para conceber planos de ação política e de solidariedade. Somente os Jesuítas nos poderiam igualar nesse ponto, porém nós conseguimos desacreditá-los aos olhos da plebe ignorante, porque eles constituíam uma organização visível, enquanto que nós operávamos ocultamente por meio de nossa organização secreta. Aliás, que importa ao mundo o amo que vai ter? Seja o chefe do catolicismo ou nosso déspota do sangue de Sião? Mas para nós, que somos o povo eleito, a questão já não é indiferente.

Uma coligação universal dos (povos europeus) cristãos poderia dominar-nos por algum tempo, porém estamos garantidos contra esse perigo pelas profundas sementes de discórdia que já se não podem mais arrancar de seu coração. Opusemos uns aos outros os cálculos individuais e nacionais dos cristãos, seus ódios religiosos e étnicos, que há vinte séculos cultivamos. É por isso que nenhum governo encontrará auxílio em parte alguma; cada qual acreditará um acordo contra nós desfavorável a seus próprios interesses. Somos muito fortes e é preciso contar conosco. As potências não podem concluir o mais insignificante acordo sem que nele tomemos parte.

Per me reges regnant - "por mim reinam os reis". Nossos profetas nos disseram que fomos eleitos por Deus mesmo para governar a terra. Deus nos deu o gênio, a fim de podermos levar a cabo esse problema. Embora surja um gênio no campo oposto, poderá lutar contra nós, mas o recém-vindo não valerá o velho habitante; a luta entre nós será sem piedade e tal como nunca o mundo presenciou. Além disso, os homens de gênio chegariam tarde.

Todas as engrenagens do mecanismo governamental dependem dum motor que está em nossas mãos: esse motor é o ouro. A ciência da economia política, inventada por nossos sábios, mostra-nos desde muito tempo o prestígio real do ouro.

O capital, para ter liberdade de ação, deve obter o monopólio da indústria e do comércio; é o que já vai realizando a nossa mão invisível em todas as partes do mundo ⁽¹⁾. Essa liberdade dará força política aos industriais e o povo lhe será submetido. Importa mais, em nossos dias, desarmar os povos do que levá-los à guerra; importa mais servir as paixões incandescidas para nosso proveito do que acalmá-las importa mais apoderar-se das idéias de outrem e comentá-las do que bani-las.

O problema capital do nosso governo é enfraquecer o espírito público pela crítica; fazer-lhe perder o hábito de pensar, porque a reflexão cria a oposição; distrair as forças do espírito, em vãs escaramuças de eloquência.

Em todos os tempos, os povos, mesmo os mais simples indivíduos, tomaram as palavras como realidades, porque se satisfazem com a aparência das coisas e raramente se dão ao trabalho de observar se as promessas relativas à vida social foram cumpridas. Por isso, nossas instituições terão uma bela fachada, que demonstrará eloqüentemente seus benefícios no que concerne ao progresso.

Nós nos apropriaremos da fisionomia de todos os partidos, de todas as tendências e ensinaremos nossos oradores a falarem tanto que toda a gente se cansará de ouvi-los.

Para tomar conta da opinião pública, é preciso torná-la perplexa, exprimindo de diversos lados e tanto tempo tantas opiniões contraditórias que os cristãos acabarão perdidos no seu labirinto e convencidos de que, em política, o melhor é não ter opinião. São questões que a sociedade não deve conhecer. Só deve conhecê-las quem a dirige. Eis o primeiro segredo ⁽²⁾.

O segundo, necessário para governar com êxito, consiste em multiplicar de tal modo os defeitos do povo, os hábitos, as paixões, as regras de viver em comum que ninguém possa deslindar esse caos e que os homens acabem por não se entenderem mais aos outros. Essa tática terá ainda como efeito lançar a discórdia em todos os partidos, desunindo todas as forças coletivas que ainda não queiram submeter-se a nós; ela desanimará qualquer iniciativa, mesmo genial, e será mais poderosa do que os milhões de homens nos quais semeamos divergências. Precisamos dirigir a educação das sociedades cristãs de modo tal que suas mãos se abatam numa impotência desesperada diante de cada questão que exija iniciativa.

O esforço que se exerce sob o regime da liberdade ilimitada é impotente, porque vai de encontro aos esforços livres de outros. Daí nascem dolorosos conflitos morais, decepções e insucessos. Fatigaremos tanto os cristãos com essa liberdade que os obrigaremos a nos oferecerem um poder internacional, cuja disposição será tal que poderá, sem as quebrar, englobar as forças de todos os Estados do mundo e formar o Governo Supremo.

Em lugar dos governos atuais, poremos um espantalho que se denominará Administração do Governo Supremo. Suas mãos se estenderão para todos os lados como pinças e sua organização será tão colossal que todos os povos terão de se lhe submeterem ⁽³⁾.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ G. Batault "Le probleme juif", págs. 40-41: "É conveniente notar que foi um banqueiro judeu-inglês, o célebre economista David Ricardo, filho de um judeu holandês, emigrado em Londres, em fins do século XVIII, o inventor e o teorista duma concepção puramente econômica do mundo, que, hoje, o domina quase todo. O mercantilismo político contemporâneo, os negócios acima de tudo, os negócios considerados fim supremo dos esforços humanos, provém diretamente de Ricardo. Demais, o fundador do socialismo científico, o judeu-alemão Karl Marx, se colocou no próprio terreno de Ricardo, para combatê-lo, aproveitando grande número de suas concepções, de seus argumentos, de suas teorias e conclusões. O laço misterioso, a afinidade secreta que unem, apesar de tudo, os mercantilistas e os negociistas puritanos aos bolchevistas provém, em grande parte, de terem em comum, embora tirando conclusões diferentes, a mesma concepção e a mesma visão do mundo, as quais são produtos essencialmente semitas, saídos dos cérebros dos judeus Ricardo e Marx. A concepção místico-judaica da humanidade é comum ao liberalismo puritano e ao socialismo dito científico, do qual brotou o bolchevismo".

Por isso os judeus agem no mundo em dois pólos opostos, que completam, porém, sua obra de desagregação da sociedades cristãs. O judeu Eberlin o reconhece na pág. 51 de seu livro já citado: "O cosmopolitismo do agiota torna-se o internacionalismo proletário e revolucionário". Diz Bernard Lazare que a "alma do judeu é dupla; dum lado é o fundador do capitalismo industrial, financeiro, agiota e especulador, colaborando para a centralização dos capitais destinada a destruir a propriedade, a proletarizar os povos e a criar a socialização; do outro, combate o capitalismo em nome do socialismo, isto é, da socialização total". Pelos dois lados, os judeus atingem o mesmo fim. Assim, segundo a opinião do mesmo Bernard Lazare, a Rothschild correspondem Marx e Lasalle. O judeu Kadmi-Cohen é explícito quanto ao mesmo assunto, escrevendo que Trotski e Rothschild "marcam as oscilações do pêndulo judaico". (Veja porque os comunistas tiveram a revolução de 1917 financiada por banqueiros ocidentais...) O plano está claramente delineado nos "Protocolos". Só os cegos e os ignorantes ainda não o perceberam... Há também quem não o queira perceber...

⁽²⁾ Essa obra de despistamento é realizada sobretudo pela imprensa. Basta reparar como certos jornais em consórcio ou associados manobram ou manipulam a opinião pública em sentidos diversos, quando sua direção geral é única.

⁽³⁾ Segundo o "Jewish Guardian" ("Sentinela Judaica") de 8 de outubro de 1920, o chefe sionista Dr. Caim Weissmann, declarou no discurso com que saudou num banquete o rabino Herz: "A nós, seu Povo Eleito, Deus deu o poder de nos espalharmos sem dano; o que para outros parece ser a nossa fraqueza é, em verdade, nossa força, e, assim, atingimos ao Domínio Universal. Só nos resta edificar sobre essa base". Não é possível ser mais claro!

Em sua obra, na pág. 99, Isidoro Loeb diz: "Os judeus tem tido esta alta ambição de ver os gentios se agruparem em torno deles, e se unirem sob o nome do verdadeiro Deus". A idéia vem do fundo dos séculos, acompanhando a trajetória da raça. O filósofo judeu-alexandrino Philon escreveu no "In Flaccum": "O castigo dos sofistas virá no dia em que o Império Judeu, império da salvação, for estabelecido no mundo". Recorramos ainda ao erudito israelita do "L'Antisémitisme", Bernard Lazare, no tomo I, págs. 50-51: "Sem a lei, sem Israel, o mundo não existiria, Deus o faria voltar ao nada; e o mundo somente conhecerá a felicidade quando submetido ao império universal dessa lei, isto é, ao império dos judeus". Como consequência disso, assegura B. Lazare: "Essa fé em sua predestinação, em sua eleição, desenvolveu nos judeus um orgulho imenso. Passaram a considerar os não-judeus com desprezo e mesmo com ódio" (Tomo I, pág.52). (Basta ver o que está escrito no Talmud. Veja o que falam sobre os não-judeus)

O imparcial Batault, referenda essas afirmações judaicas: "Os judeus perduram, assim, através da miragem da idade do ouro, da era nova, dos tempos messiânicos, em que o mundo viverá em alegria e paz, submetido a lavé, escravizado pela lei, sob a direção sacerdotal, eleito pela Eternidade, amadurecido pela experiência, à espera dessa hora

única". ("Le probleme juif", pág. 104). "O sonho internacionalista do judeu é a unificação do mundo pela lei judaica, sob a direção e domínio do povo sacerdotal" (pág. 155).

É de estarrecer a coincidência constante entre o espírito do judaísmo, confessado pelos próprios judeus, e o texto dos "Protocolos". Como duvidar de sua autenticidade diante dessa confrontação e da realização do que nele se profetiza?

CAPÍTULO VI

Resumo:

Os monopólios; as fortunas dos cristãos dependem desses monopólios. A aristocracia privada de riqueza territorial. O comércio, a indústria e a especulação. O luxo. A alta do salário e o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade. A anarquia e a embriaguez. O sentido secreto da propaganda das teorias econômicas.

* CRIAREMOS em breve enormes monopólios, colossais reservatórios de riquezas, dos quais as próprias fortunas dos cristãos dependerão de tal modo que serão por eles devoradas, como o crédito dos Estados no dia seguinte a uma catástrofe política...⁽¹⁾

Os senhores economistas aqui presentes devem considerar a importância dessa combinação!....

Precisamos desenvolver por todos os meios possíveis a importância de nosso Governo Supremo representando-o como protetor e remunerador de todos os que se lhe submetam voluntariamente.

A aristocracia dos cristãos desapareceu como força política e não temos mais que contar com ela; porém como proprietária de bens territoriais, poderá prejudicar-nos na medida da independência de seus recursos. É preciso, portanto, arrancar-lhe as suas terras. O melhor meio para isso é aumentar os impostos sobre seus bens de raiz, a fim de endividar a terra. Essas medidas manterão a propriedade territorial num estado de absoluta sujeição⁽²⁾.

Como os aristocratas cristãos não sabem, de pais a filhos, se contentar com pouco, serão rapidamente arruinados.

Ao mesmo tempo, devemos proteger fortemente o comércio e a indústria, sobretudo a especulação, cujo papel é servir de contrapeso à indústria; sem a especulação, a indústria multiplicaria os capitais privados e melhoraria a agricultura, libertando a terra das dívidas criadas pelos bancos rurais. É necessário que a indústria tire à terra o fruto do trabalho, como o do capital, que nos dê, pela especulação, o dinheiro de todo o mundo: lançados, assim, às fileiras dos proletários, todos os cristãos se inclinam diante de nós para terem ao menos o direito de viver⁽³⁾.

Para arruinar a indústria dos cristãos, desenvolveremos a especulação e o gosto do luxo, desse luxo que tudo devora. Faremos subir os salários, que, entretanto, não trarão proveito aos operários, porque faremos, ao mesmo tempo, o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, devido, como apregoaremos, à decadência da agricultura e da pecuária⁽⁴⁾; demais, habilmente e profundamente subverteremos as fontes de produção, habituando os operários à anarquia e as bebidas alcoólicas⁽⁵⁾, recorrendo a todas as medidas possíveis para afastar da Terra os cristãos inteligentes.

Para impedir que essa situação seja vista prematuramente sob seu verdadeiro aspecto, mascararemos nossos verdadeiros desígnios com o pretenso desejo de servir às classes trabalhadoras e de propagar os grandes princípios econômicos que atualmente ensinamos.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ O que se passou no mundo moderno, depois do aparecimento dos "Protocolos" autentica o plano judaico. Como poderiam adivinhar? Os monopólios, os trustes, os cartéis, os açambarcamentos multiplicaram-se por toda a parte e os jogos financeiros devoraram os créditos de todos os Estados. Basta ler o formidável e documentadíssimo livro "La fin du capitalisme", de Fernand Fried, com prefácio do judeu Daniel Halévy, Edição Bernard Grasset, Paris, 1932, para verificar como as idéias-dinheiro criaram o capital e quais seus resultados: distribuição desigual de rendas e oligarquias financeiras, a tragédia das massas, o socialismo, o marxismo, a crise, a paralisia e o endividamento dos Estados, tudo o que decorre dos "Protocolos"...

⁽²⁾ Esta parte do plano tem sido visibilíssima. Basta observar como por toda a parte, sem o menor estudo sério das realidades e condições locais, se grita contra o latifúndio, e, ao menor surto revolucionário, se trata de distribuir as terras. Examine-se o aumento constante dos impostos sobre os bens de raiz em qualquer nação do mundo e se ficará assombrado da maneira como o judaísmo-maçônico sugere aos legisladores e governantes todas as medidas que deseja por em prática. Fernand Fried, tratando da crise moderna (de 1929), diz, por ignorar a questão judaica (?), que nela, crise, "não há erro, mas fatalidade". Com efeito, o plano oculto é tão diabólico que se transformou para os povos cristãos num novo destino.

⁽³⁾ Tudo o que aí está: separação dos interesses da indústria e do comércio dos interesses da terra, estiolamento e garroteamento da agricultura, especulação, luxo desbragado, tudo isso temos visto e estamos vendo.

⁽⁴⁾ É o círculo vicioso de que fala F. Fried, op. cit. pág.122: "Vemos, na economia mundial, que se defrontam, não só a oferta e a procura paralisadas, sem esperança de se tornarem a equilibrar; mas também, dum lado, os camponeses empobrecidos, incapazes de adquirir objetos manufaturados, máquinas e utensílios; do outro, as massas operárias tão empobrecidas que não podem mais satisfazer suas necessidades indiretas de matérias primas. Tanto menos o camponês compra trabalho quanto mais a produção da indústria diminui, aumentando o número de fábricas fechadas e de

desempregados, e os operários compram em menor quantidade de pão ao camponês. E o ciclo recomeça... O sistema está num beco sem saída. Os depósitos, as salas das fábricas sem vida, os exércitos de desempregados crescerão ainda, incharão e chegaremos a morte pelo congelamento da economia mundial..."

Já os créditos estão na maioria congelados, o que é significativo (entre 1929 e 1936)

O texto dos "Protocolos" data de 30 anos (hoje de 100 anos, e continua sendo seguido a risca); é o traçado maldoso do plano. O texto de Fried data de 5 anos: é a verificação inocente dos resultados do plano.

⁽⁵⁾ Nos países de grandes massas camponesas, sobretudo, os judeus se entregam ao comércio das bebidas alcoólicas, propagando com rara habilidade o vício da embriaguês. (Veja quem são os donos da gigantesca Seagram...) Segundo o judeu Bernard Lazare, em "L'Antisémitisme", vol II, pág. 23, na Romênia, como aliás, na Rússia, "eles arrematavam o monopólio da venda das bebidas alcoólicas..." Idem, pág. 24: "pela lei de 1856, foi-lhes retirado o direito de vender bebidas alcoólicas". Em 1887, Calixto de Wolski escrevia em "La Russie Juive", pág. 55, que os judeus tinham obtido, na Rússia, "o direito de venda de aguardente nos botequins das pequenas cidades e dos campos, onde, para eles, a arte de embrutecer os camponeses pela embriaguês, o abuso e a propaganda das bebidas alcoólicas se tornou a mais produtiva das especulações".

(Conforme os protocolos: degenerar os povos cristãos ao mesmo tempo que se eleva explorando pelos vícios deles e acumulando riquezas através dessa indústria lucrativa do vício...)

Na Europa Oriental, havia mesmo uma designação própria para os judeus que se ocupavam da venda de bebidas alcoólicas: eram os *felatakim*.

Assim, desta vez, os "Protocolos" comprovam uma ação a que os judeus já se vinham entregando e continuam a entregar-se.

CAPÍTULO VII

Resumo:

Porque é preciso aumentar os armamentos. Fermentações, discórdias e ódios no mundo inteiro. Coação da oposição dos cristãos pelas guerras e pela guerra geral. O segredo é o penhor do êxito na política. A imprensa e a opinião pública. Os canhões americanos, japoneses e chineses.

O AUMENTO dos armamentos e do pessoal da polícia é um complemento imprescindível do plano que estamos expondo. É preciso que não haja mais, em todos os Estados, além de nós, senão massas de proletários, alguns milionários que nos sejam dedicados, policiais e soldados ⁽¹⁾.

Em toda a Europa, bem como nos outros continentes, devemos suscitar agitações, discórdias e ódios. O proveito é duplo. Dum lado, manteremos, assim, em respeito todos os países, que saberão que poderemos, à nossa vontade, provocar a desordem ou restabelecer a ordem: todos esses países se habituarão, pois, a nos considerar como um fardo necessário. Do outro, nossas intrigas embrulharão todos os fios que estenderemos nos gabinetes governamentais por meio da política, dos contratos econômicos e dos compromissos financeiros. Para atingir nosso fim, precisaremos dar prova de grande astúcia no decurso dos entendimentos e negociações; mas no que se chama "a linguagem oficial", seguiremos uma tática oposta, parecendo honestos e conciliadores. De tal modo, os povos e os governos cristãos, que acostumamos a olhar somente a face do que lhe apresentamos, mais uma vez nos tomarão como benfeitores e salvadores da humanidade. A qualquer oposição, deveremos estar em condições de fazer declarar guerra pelos vizinhos da nação que ousar criar-nos embaraços ⁽²⁾; e, se esses próprios vizinhos se lembrarem de se aliar contra nós, devemos repeli-los por meio duma guerra geral.

O mais seguro caminho do êxito em política é o segredo de todas as empresas (e intenções); a palavra do diplomata não deve concordar com seus atos.

Devemos obrigar os governos cristãos a obrar de acordo com este plano, que amplamente concebemos e que já está chegando à sua meta . A opinião pública ajudar-nos-á, essa opinião pública que o "grande poder", a imprensa, secretamente já pôs em nossas mãos. Com efeito, com poucas exceções, que não tem importância, a imprensa está toda em nossa dependência. Em uma palavra, para resumir nosso sistema de coação dos governos cristãos da Europa, faremos ver a um nossa força por meio de atentados, isto é, pelo terror; a todos, se todos se revoltarem contra nós, responderemos com os canhões americanos, chineses e japoneses ⁽³⁾.

Notas e Comentários:

* ⁽¹⁾ Parece não ser preciso comentar a "corrida armamentista" da qual diariamente falam os jornais, nem lembrar que as grandes fábricas de armas e munições, os grandes estaleiros de construções navais e o monopólio do níquel estão nas mãos de judeus... Por que não há meio dos governos decretarem que só o Estado pode fazer engenhos de guerra? Bastaria isto para diminuir os armamentos e as possibilidades de guerra. É bom, porém, notar o aumento visível de forças policiais (especiais) no mundo inteiro: Brigadas de Guardas Móveis na França, Brigadas de Choque na Áustria e na Espanha, Polícias Especiais no Brasil, etc...

⁽²⁾ Nos casos Ítalo-Etíope e da Renânia, é aparente, claro, o trabalho do judaísmo nesse sentido. Maçons e judeus chegaram a pregar na França a "guerra preventiva contra a Alemanha".

⁽³⁾ O plano judeu é, depois de armar os não-europeus, insuflar-lhes idéias socialistas ou imperialistas e lançá-los contra a Europa. Em "La crise du monde moderne", págs. 203-204, René Guénon pressentiu o problema: "Hoje existem orientais que mais ou menos estão completamente ocidentalizados (ou melhor, judaizados), que abandonaram sua tradição para adotar todas as aberrações do mundo moderno e esses elementos desviados, graças ao ensino das universidades européias e americanas, se tomam nas suas pátrias causas de perturbação ou agitação".

Veja o comunismo anarquizando a China, o Turquestão, e a Pérsia, já tomando conta da Mongólia e pretendendo espalhar-se pela Ásia.

CAPÍTULO VIII

Resumo:

Uso equívoco do direito teórico. Os colaboradores do regime franco-maçom. Escolas particulares e de educação superior inteiramente particular. Economistas e milionários. A quem se deve confiar os postos de responsabilidade no governo.

DEVEMOS apropriar-nos de todos os instrumentos de que nossos adversários possam empregar contra nós.

Devemos buscar nas sutilezas e delicadezas da língua jurídica uma justificação para o caso em que tenhamos de pronunciar sentenças que possam parecer muito ousadas e injustas, porque é mister exprimir essas sentenças em termos que tenham a aparência de ser máximas morais muito elevadas, conservando seu caráter legal ⁽¹⁾. Nosso regime deve rodear-se de todas as forças da civilização, no meio das quais deverá obrar. Rodear-se-á de publicistas, jurisconsultos experientes, administradores, diplomatas, enfim, homens preparados por uma educação superior especial em escolas especiais. Esses homens conhecerão todos os segredos da existência social, todas as linguagens formadas de letras ou de termos políticos, todos os bastidores da natureza humana, todas as cordas sensíveis que deverão saber tocar. Essas cordas são o feitio do espírito dos cristãos, suas tendências, seus defeitos, seus vícios e suas qualidades, suas particularidades de classe ou condição. Fica bem entendido que esses colaboradores de gênio do nosso governo não serão tomados entre os cristãos, habituados a fazer seu trabalho administrativo sem cuidar de sua utilidade. Os administradores cristãos assinam papéis sem ler; servem por interesse ou por ambição.

Rodearemos nosso governo por uma multidão de economistas. Eis porque as ciências econômicas são as mais importantes a serem ensinadas aos judeus. Rodear-nos-emos duma plêiade de banqueiros, industriais, capitalistas, e sobretudo milionários, porque, em suma, tudo será decidido pelas cifras.

Durante certo tempo, até o momento em que não houver mais perigo em confiar os postos de responsabilidade de nossos Estados a nossos irmãos judeus, confia-los-emos a indivíduos cujo passado e cujo caráter sejam tais que haja um abismo entre eles e o povo, a homens tais que, em caso de desobediência as nossas ordens, não lhe reste outra coisa a esperar senão a condenação ou o exílio, a fim de que defendam nossos interesses até o derradeiro alento ⁽²⁾.

Notas e Comentários:

⁽¹⁾ O culto do jurista, sobretudo do hermeneuta, na sociedade moderna, é resultado da propaganda judaica. Destina-se à criação desses juristas ôcos e pretensiosos que servem, às vezes inconscientemente, a Israel e as sociedades secretas para irem subindo na vida. Os judeus tem de usar o direito teórico contra os cristãos, porque entre eles o nosso direito não tem curso e valia. Os judeus possuem um código de leis secreto que se denomina "Schulam Aruch", isto é, "A mesa servida", tirado do Talmud no século XVI pelo rabino José Auaro. A primeira edição foi feita em veneza, em 1565. A segunda, revista, comentada e corrigida, pelo rabino Moses Isserles, se imprimiu em Cracóvia, em 1573. Os judeus ocultam e negam a existência desse código. Johann Andreas Eisenmenger, no século XVIII, Henrique George Loewe e João di Pauli, no século XIX, fizeram traduções que logo desapareceram de circulação. O Dr. Briman, que, sob o pseudônimo de Justus, publicou no "Der ludenspiegel" ("O espelho judaico") alguns trechos do "Schulan Aruch", sofreu terríveis perseguições, que terminaram em retumbante processo.

Esse código não reconhece direito algum aos cristãos, nem de propriedade, nem de família; nega-lhes a faculdade de dar testemunho e permite que o judeu o roube e espolie. No "Stocken ha mischpath", 2,1, declara que o Beth-Dine pode condenar à morte, quando julgar isso oportuno, "mesmo se o crime não merecer a pena de morte".

Cf. Icher, "Der ludenspiegel in dichte der Harhbeit"; Henri Ellenberger, "Manuel d'Histoire", Tomo XVI; V. Dangen, "La loi secrète juive"; Fara, "Le Schoulan Arouch", in "La libre parole", nº11, novembro de 1934.

(Nota para os dias atuais: note como o judeu distorce os conceitos a seu favor: classificam como propaganda de ódio toda crítica a seu respeito; usam e abusam de rótulos como "anti-semita", "racista" e "nazista" a qualquer um que se oponha a eles, de maneira covarde e difamatória. Porém agem dessa mesma maneira, ou também não é ódio o que eles promovem quando fazem propaganda anti-européia, especialmente anti-alemã? Toda difamação de um povo, para sempre, também não é ódio? Todos os filmes que fazem contra os alemães não é ódio também? Quando elementos como Daniel Goldhagen expressam "pérolas" como "o mau gene alemão", isso não é propaganda de ódio, calúnia e difamação??? Julgue você mesmo...)

⁽²⁾ Eis porque aqueles que não conhecem os bastidores dos governos não podem compreender que só se escolham para os altos cargos indivíduos sem moral e sem dignidade. Os outros não servem a Israel. São afastados.

CAPÍTULO IX

Resumo:

Aplicação dos princípios maçônicos para refazer a educação dos povos. A palavra de ordem franco-maçônica. Importância do anti-judaísmo. As ditadura da franco-maçonaria. O terror. Aqueles que servem à franco-maçonaria. A força "inteligente" e a força cega dos reinos cristãos. Comunhão do poder com o povo. A arbitrariedade liberal. Usurpação da instrução e da educação. Interpretação das leis. Os metropolitanos.

NA APLICAÇÃO de nossos princípios, prestai atenção ao caráter do povo no meio do qual vos encontrardes e obrardes; uma aplicação geral e uniforme desses princípios, antes de refazermos a educação geral do povo, não logrará êxito. Mas aplicando-os prudentemente, vereis que se não passarão dez anos para se transformar o caráter mais obstinado e para que contemos mais um povo em nossa dependência.

Quando nosso reinado chegar, substituiremos nossa palavra de ordem - Liberdade, Igualdade e Fraternidade - não por outra palavra de ordem, porém pelas mesmas palavras transformadas em idéias; diremos: "direito à liberdade", "dever de igualdade" e "ideal de fraternidade"... Agarremos o touro pelos chifres... De fato, já destruímos todos os governos, exceto o nosso, embora haja ainda muitos governos de direito ⁽¹⁾. Nos dias que correm, se alguns Estados levantam protestos contra nós, fazem-no pro-fórmula, e por nossa ordem, porque seu anti-judaísmo nos é necessário para governar nossos irmãos menores. Não vos explicarei isso mais claramente, porque esse assunto já foi tratado em nossos entendimentos.

Na realidade, não há mais obstáculos à nossa frente. Nosso Governo Supremo está em condições extra-legais que é conveniente denominar com um termo forte e enérgico: ditadura. Posso afirmar conscientemente que somos atualmente legisladores; pronunciamos as sentenças da justiça, condenamos à morte e perdoamos; estamos como chefes de nossas tropas montados no cavalo do general comandante. Governaremos com mão firme, porque nos apoderamos dos restos dum partido outrora forte e hoje submetido por nós. Temos nas mãos ambições desmedidas, muita avidez ardente, vinganças sem piedade, ódios e rancores ⁽²⁾.

De nós promana o terror que tudo invade ⁽³⁾. Temos a nosso serviço homens de todas as opiniões, de todas as doutrinas; restauradores de monarquias, demagogos, socialistas e comunistas ⁽⁴⁾ e toda a sorte de utopistas; atrelamos o mundo inteiro ao nosso carro: cada qual mina de seu lado os derradeiros restos do poder, esforçando-se por derrubar tudo o que ainda se mantém de pé. Todos os Estados sofrem com essas perturbações, pedem calma e estão dispostos a tudo sacrificar pela paz; mas nós não lhes daremos a paz; enquanto não reconhecerem nosso Governo Supremo, abertamente e humildemente.

O povo se pôs a gritar que é necessário resolver a questão social por meio dum acordo internacional. A divisão do povo em partidos pôs todos esses partidos à nossa disposição, porque para sustentar sua luta de emulação é preciso dinheiro e nós é que temos todo o dinheiro.

Poderíamos reear a aliança da força inteligente das pessoas reinantes com a força cega do povo, mas tomamos todas as medidas possíveis contra essa eventualidade: entre essas duas forças erguemos a parede do medo recíproco. Deste modo, a força cega do povo é nosso apoio e seremos os únicos a guiá-la; saberemos dirigi-la com segurança para os nossos fins.

A fim de que a mão do cego não possa repelir a nossa direção, devemos estar de tempos em tempos em comunicação direta com ele, senão pessoalmente, pelo menos por meio de nossos mais fiéis irmãos. Quando formos um poder reconhecido, conversaremos nós mesmos com o povo nas praças públicas e o instruiremos sobre as questões políticas, no sentido que julgamos necessário.

Como verificar o que lhe for ensinado nas escolas de aldeia? O que disser o enviado do governo ou a própria pessoa reinante não poderá deixar de ser logo conhecido em todo o Estado, porque será depressa espalhado pela voz do povo. Para não destruir prematuramente instituições dos cristãos, temos tocado nelas com habilidade, tomando em nossas mãos as molas de seu mecanismo. Essas molas estavam dispostas numa ordem severa, mas justa; substituímo-la pela arbitrariedade desordenada. Tocamos na jurisdição, as eleições, na imprensa, na liberdade individual, e, sobretudo, na instrução e na educação, que são as pedras angulares da existência livre.

Mistificamos, embrutecemos e corrompemos a mocidade cristã por meio duma educação fundada em princípios e teorias que sabemos falsos e que são inspirados por nós ⁽⁵⁾.

Por cima das leis existentes, sem mudá-las de modo essencial, porém somente as desfigurando por interpretações contraditórias, obtivemos resultados prodigiosos. Esses resultados manifestaram-se ao princípio em comentários que mascararam as leis e, em seguida, completamente as esconderam dos olhos dos governos incapazes de se orientarem numa legislação embrulhada ⁽⁶⁾.

Daí a teoria do tribunal da consciência. Dizeis que se rebelarão de armas em punho contra nós, se, antes de tempo, ou tarde, se aperceberem da manobra, mas nesse caso, nos países ocidentais, lançaremos mão duma manobra tão

terrível que as almas mais corajosas tremerão: os metropolitanos já estarão construídos em todas as capitais e fá-los-emos ir pelos ares com todas as organizações e documentos detodos os Estados ⁽⁷⁾.

Notas e Comentários:

⁽¹⁾ Diz E. Eberlin em seu livro "Les Juifs", pág. 201: "Quanto mais uma revolução é radical, mais liberdade e igualdade resultam para os judeus. Toda nova corrente de progresso consolida a posição dos judeus".

B. Lazare, "L'Antisémitisme", vol II, pág. 17: "... a assimilação legal acabou na França, em 1830, quando Lafitte fez inscrever o culto judeu no orçamento. Era o *dasabamento definitivo do Estado Cristão*, embora o Estado Leigo ainda não estivesse completamente constituído. Em 1839, o derradeiro vestígio das antigas separações entre judeus e cristãos desapareceu com a abolição do juramento *More Judaico*. A assimilação moral não foi assim tão completa". Idem, pág. 54: "Os israelitas deveram sua emancipação a um movimento filosófico *coincidindo* (é muita coincidência!) com um movimento econômico e não a abolição das prevenções seculares que existiam contra eles". Idem, pág 21-22: "Somente em 1848 os israelitas austríacos se tornaram cidadãos. Na mesma época, sua emancipação se fez na Alemanha, na Grécia, na Suécia, na Dinamarca. De novo, os judeus deveram sua independência ao espírito revolucionário, que, mais uma vez, vinha da França.

Ewerbeck, em "Qu'est ce que la Bible?", Paris, 1850, págs. 628-660, traduz estes trechos de Karl Marx num artigo sobre Bruno Bauer: "O judeu trabalha em pról da idéia emancipadora universal... A emancipação judaica, na sua extrema significação, é a emancipação da humanidade dos laços que o judaísmo lhe impôs..."

⁽²⁾ Cf. Polzer Hodlitz, "Kaiser Karl", Viena, 1929, págs. 302, 385, palavras atribuídas a Anatole France: "A democracia não tem coração nem entranhas. A serviço das forças do Ouro é sem piedade e desumana!"

Está conforme...

CAPÍTULO X

Resumo:

A força das coisas na política. A "genialidade" da baixeza. O que promete o golpe de Estado franco-maçônico. O sufrágio universal. A estima de si mesmo. Os chefes dos franco-maçons. O guia genial da franco-maçonaria. As instituições e suas funções. O veneno do liberalismo. A constituição é a escola das discórdias de partidos. A era republicana. Os presidentes são criaturas da franco-maçonaria. Responsabilidade dos presidentes. O "Panamá". O papel da Câmara dos Deputados e do Presidente. A franco-maçonaria é uma força legislativa. A nova constituição republicana. Passagem para a "autocracia" franco-maçônica. Momento da proclamação do "rei universal". Inoculação de doenças e outros malefícios da franco-maçonaria.

COMEÇO AGORA repetindo o que já disse e peço-vos que vos lembreis que os governos e os povos somente vêm a aparência das cousas. E como poderiam deslindar seu sentido íntimo, se seus representantes pensam, acima de tudo, em se divertirem? Importa muito para nossa política conhecer esse pormenor; ser-nos-á de grande auxílio, quando passarmos à discussão da divisão do poder, da liberdade de palavra, de imprensa, de consciência, do direito de associação, da igualdade em face da lei, da inviolabilidade da propriedade, da habitação, do imposto, da força retroativa das leis. Todas essas questões são de tal natureza que nunca se deve tocar nelas direta e claramente diante do povo. No caso em que for necessário abordá-las, é preciso não as enumerar, porém declarar em bloco que os princípios do direito moderno serão reconhecidos por nós. A importância dessa reticência consiste no seguinte: um princípio não especificado deixa-nos a liberdade de excluir isto ou aquilo, sem que dêem pela cousa, enquanto que, enumerando, temos que aceitar o que for enumerado sem reserva.

O povo tem um amor especial e uma grande estima pelos gênios políticos e responde a todos os atos de violência com as palavras: "É um canalha, bem canalha, mas que habilidade!... Foi uma esperteza, mas bem feita, e como é insolente!"

Contamos atrair todas as nações para a construção dum novo edifício fundamental, cujo plano traçamos ⁽¹⁾. Eis porque precisamos, antes de tudo, fazer provisão de audácia e presença de espírito, qualidades que, na pessoa de nossos atores destruirão todos os obstáculos que se anteponham em nosso caminho. Quando tivermos dado o nosso golpe de Estado, diremos aos povos: "Tudo ia horripantemente mal, todos sofreram mais do que aquilo que se pode suportar. Destruímos as causas de vossos tormentos, as nacionalidades, as fronteiras, as diversidades de moedas. Sem dúvida, tendes a liberdade de nos jurar obediência, mas podeis fazê-lo com justiça antes de experimentar o que vos damos?"... Então eles nos exaltarão e carregarão em triunfo com um entusiasmo unânime de esperanças. O sufrágio universal que criamos para ser o instrumento de nossa elevação ⁽²⁾ e ao qual habituamos as mais ínfimas unidades de todos os membros da humanidade pelas reuniões de grupos e pelos conchavos, desempenhará pela última vez seu papel para exprimir o unânime desejo de a humanidade em nos conhecer de mais perto antes de nos julgar.

Para isso, precisamos levar toda a gente ao sufrágio universal, sem distinção de classe e de censo eleitoral, a fim de estabelecer o depotismo da maioria que não se pode obter das classes censitárias inteligentes. Tendo, assim, habituado toda a gente a idéia de seu próprio valor, destruiremos a importância da família cristã e seu valor educativo ⁽³⁾, deixaremos que se produzam individualidades que a multidão, guiada por nós, não permitirá que se faça notar, nem mesmo que fale; estará acostumada a ouvir somente a nós, que lhe pagamos sua obediência e atenção. Desta sorte, faremos do povo uma força tão cega que, em toda a parte, só se poderá mover guiada pelos nossos agentes, postos em lugar de seus chefes naturais. Submeter-se-á a esse regime, porque saberá que desses novos chefes dependerão seus ganhos, os dons gratuitos e toda a espécie de bens.

Um plano de governo deve sair pronto duma única cabeça, porque seria incoerente, se diversos espíritos tomassem a si a tarefa de estabelecê-lo. Por isso, devemos conhecer um plano de ação, mas não discutí-lo, a fim de não quebrar seu caráter genial, a ligação entre suas várias partes, a força prática e a significação secreta de cada um de seus pontos. Se o sufrágio universal o discutir e modificar, guardará o vestígio de todas as falsas concepções dos espíritos que não terão penetrado a profundidade e a ligação dos designios. É necessário que nossos planos sejam fortes e bem concebidos. Por essa razão, não devemos lançar o trabalho genial de nosso chefe aos pés da multidão, nem mesmo desvendá-lo a um agrupamento restrito.

Esses planos não derrubarão no momento as instituições modernas. Mudarão somente a sua economia, e, por conseguinte, todo o seu desenvolvimento, que, assim, se orientarão de acordo com nossos projetos.

As mesmas cousas mais ou menos existem em todos os países com nomes diferentes: a Representação, os Ministérios, o Senado, o Conselho de Estado, o Corpo Legislativo e o Corpo Executivo. Não preciso explicar-vos o mecanismo das relações entre essas instituições, porque o conheceis bastante; notai somente que cada qual dessas instituições corresponde a alguma função importante do Estado e peço-vos notar ainda que é a função e não a instituição em si que considero importante; portanto, não são as instituições que são importantes, porém suas funções. As instituições dividiram entre si todas as funções do governo: funções administrativas, legislativa, executiva. Por isso elas trabalham no organismo do Estado como os órgãos no corpo humano. Se prejudicarmos uma parte da máquina do Estado, o Estado ficará doente, como o corpo humano, e morrerá ⁽⁴⁾.

Quando introduzimos no organismo do Estado o veneno do liberalismo, toda a sua constituição política foi mudada:

os Estados caíram doentes com uma doença mortal: a decomposição do sangue; não resta mais do que esperar o fim de sua agonia.

Do liberalismo nasceram os governos constitucionais, que substituíram, para os cristãos, a autocracia salutar, e a constituição, como bem o sabeis, não é mais do que uma escola de discórdias, de desinteligência, de discussões, de dissentimentos, de agitações estéreis dos partidos; em uma palavra, é a escola de tudo o que faz com que um Estado perca sua individualidade e sua personalidade. A tribuna, assim como a imprensa, condenou os governos à inação e a fraqueza; tornou-os pouco necessários, inúteis; é isso que explica que sejam derrubados. A era republicana se tornou, então, possível, quando substituímos o governante por uma caricatura de governo, por um presidente tomado na multidão, no meio de nossas criaturas, de nossos escravos. Aí está o fundo da mina que cavamos sob o povo dos cristãos, ou melhor, sob os povos cristãos.

Em um futuro próximo, criaremos a responsabilidade dos presidentes.

Então, faremos passar sem grande esforço cousas, cuja responsabilidade caberá a nossa criatura. Que nos importa que as fileiras daqueles que aspiram ao poder se tornem mais raras, que produzam, por falta de presidentes capazes, embaraços que desorganizam em completo o país? ⁽⁵⁾

Para chegar a esse resultado, maquinaremos a eleição de presidentes que tenham em seu passado uma tara oculta, algum "Panamá". O receio de revelações, o desejo próprio a cada homem que chega ao poder de conservar seus privilégios, vantagens e honras ligadas à sua condição, farão com que sejam fiéis executores de nossas ordens. A câmara dos deputados cobrirá, defenderá, elegerá presidentes, porém nós lhe retiraremos o direito de propor leis, de modificá-las; esse direito será atribuído ao presidente responsável, que se tornará mero brinquedo em nossas mãos.

O poder do governo se tornará, sem dúvida, o alvo de todos os ataques. Nós lhe daremos para sua defesa o direito de apelo à decisão do povo, sem ser pelo intermédio de seus representantes, isto é, recorrendo ao nosso servidor cego, a maioria. Daremos, além disso, ao presidente o direito de declarar guerra. Fundamentaremos este último direito, dizendo que o presidente, como chefe das forças armadas do país, deve ter ao seu dispor, para defender a nova constituição republicana, todas elas, pois será o representante responsável dessa constituição.

Nessas condições, o chefe do santuário estará em nossas mãos e ninguém, exceto nós, dirigirá mais a força legislativa.

Demais, retiraremos à câmara, introduzindo na nova constituição republicana o direito de interpelação sob o pretexto de salvaguardar o segredo político. Restringiremos pela nova constituição o número dos representantes ao mínimo, o que terá por efeito diminuir tanto as paixões políticas quanto a paixão pela política. Se contra toda expectativa, elas despertarem mesmo nesse pequeno número de representantes, reduzi-lo-emos a nada, apelando para a maioria do povo...

Do presidente dependerá a nomeação dos presidentes e vice-presidentes da Câmara e do Senado. Em lugar das sessões parlamentares constantes, limitaremos a reunião dos Parlamentos a alguns meses. Além disso, o presidente, como chefe do poder executivo, terá o direito de convocar ou dissolver o parlamento, e no caso de dissolução, de adiar a nova convocação. Mas, para que as consequências de todos esses atos, na realidade ilegais, não recaiam sobre a responsabilidade do presidente, estabelecida por nós, o que prejudicaria nossos planos, sugerimos aos ministros e aos outros funcionários que rodeiem o presidente a idéia de passar por cima de suas disposições com as medidas que eles próprios tomem; deste modo, ficarão responsáveis em seu lugar... Aconselhamos confiar esse papel sobretudo ao Senado, ao Conselho de Estado, ao Conselho de Ministros, de preferência a um indivíduo só ⁽⁶⁾.

O presidente interpretará, dócil ao nosso desejo, as leis existentes, que possam ser interpretadas diferentemente; anula-las-á, quando lhe apontarmos essa necessidade; terá o direito de propor leis provisórias e até nova reforma da constituição, com o pretexto do supremo bem do Estado.

Essas medidas nos darão o meio de destruir pouco a pouco, passo a passo, tudo o que, a princípio, quando de nossa tomada do poder, fomos forçados a introduzir nas constituições dos Estados ⁽⁷⁾; passaremos daí, imperceptivelmente, à supressão de toda a constituição, quando chegar a hora de reunir todos os governos sob a nossa autocracia.

O reconhecimento de nossa autocracia pode ocorrer antes da supressão da constituição, se os povos fatigados pelas desordens e pela frivolidade de seus governantes exclamarem: "Expulsai-os e dai-nos um rei universal para que nos possa reunir e destruir as causas de nossas discórdias: as fronteiras das nações e religiões, os cálculos dos Estados; um rei que nos dê a paz e o repouso que não podemos (e pudemos) obter com nossos governantes e representantes!"

Vós mesmo sabeis muito bem que, para tornar possíveis tais desejos, é preciso perturbar constantemente, em todos os países, as relações entre o povo e o governo, a fim de cansar todos pela desunião, pela inimizade, pelo ódio, mesmo pelo martírio, pela fome, pela inoculação de doenças ⁽⁸⁾, pela miséria, a fim de que os cristãos não vejam outra salvação senão recorrer à nossa plena e definitiva sabedoria ⁽⁹⁾.

Se dermos aos povos tempo para respirar, talvez jamais se apresente a ocasião favorável.

PARTE II

Capítulos 11-24

"Vou me tornar seu inimigo, porque te conto a verdade?" (Gálatas 4:16)

CAPÍTULO XI

Resumo:

O programa da nova constituição. Alguns pormenores sobre o golpe de Estado proposto. Os cristãos são carneiros. A franco-maçonaria secreta e suas lojas de "fachada".

O CONSELHO de Estado será preposto a sublinhar o poder do governo; sob a aparência dum corpo legislativo, será, na realidade, uma comissão de redação das leis e decretos do governante.

Eis aqui o programa da nova constituição que elaboramos. Criaremos a lei, o direito e o tribunal: 1) sob a forma de propostas ao corpo legislativo; 2) por decretos do presidente sob a forma de ordens gerais, por atos do Senado e decisões do Conselho de Estado, sob a forma de ordens ministeriais; 3) no caso em que seja oportuno, sob a forma de golpe de Estado. Agora que, aproximadamente, estabelecemos esse modus agendi, ocupemo-nos das medidas que nos servirão para rematar a transformação do Estado no sentido que já expusemos. Refiro-me à liberdade de imprensa, ao direito de associação, à liberdade de consciência, ao princípio eletivo e a muitas outras coisas que deverão desaparecer do repertório ou serem radicalmente mudadas, quando for proclamada a nova constituição. Somente nesse momento ser-nos-á possível publicar ao mesmo tempo todas as nossas ordens. Em seguida, toda mudança sensível será perigosa e eis porque: se essa mudança se operar num sentido de rigorosa severidade, pode desencadear o desespero provocado pelo receio de novas modificações do mesmo teor; se pelo contrário, se operar no sentido de complacências ulteriores, dir-se-á que reconhecemos nossos erros e isto empanará a auréola de infalibilidade do novo poder ou dirão que tivemos medo e fomos obrigados a concessões que ninguém nos agradecerá, porque as julgarão devidas... Num e noutro caso, ficaria prejudicado o prestígio da nova constituição. Queremos que, no próprio dia de sua proclamação, quando os povos estiverem mergulhados no terror e na perplexidade, queremos que nesse momento, reconheçam que somos tão fortes, tão invulneráveis, tão poderosos que não fazemos o menor caso deles; que, não somente não daremos atenção às suas opiniões e aos seus desejos, mas estaremos prontos e preparados, com indiscutível autoridade, para reprimir qualquer expressão, qualquer manifestação desses desejos e opiniões; que nos apoderamos de uma só vez de tudo o que precisávamos e que, em caso algum, partilharemos com eles nosso poder ⁽¹⁾... Então, fecharão os olhos e esperarão os acontecimentos.

Os cristãos são um rebanho de carneiros e nós somos os lobos! E bem sabeis o que acontece aos carneiros quando os lobos penetram no redil!

Fecharão ainda os olhos sobre tudo o mais, porque nós lhes prometeremos restituir todas as liberdades confiscadas, quando se aquietarem os inimigos da paz e os partidos forem reduzidos à impotência.

É inútil dizer que esperarão muito tempo esse recuo ao passado...

Para que teríamos inventado e inspirado aos cristãos toda essa política, sem lhes dar os meios de penetrá-la, para que, senão para alcançar secretamente por não poder, como raça dispersa, alcançar diretamente? ⁽²⁾ Isso serviu de base à nossa organização da franco-maçonaria secreta ⁽³⁾, que ninguém conhece e cujos designios não são sequer suspeitados pelos tolos cristãos, atraídos por nós ao exército visível das lojas, a fim de desviar os olhares de seus próprios irmãos.

Deus nos deu, a nós, seu povo eleito, a dispersão ⁽⁴⁾ e, nessa fraqueza de nossa raça se encontra a força que nos trouxe hoje ao limiar do domínio universal.

Resta-nos pouca coisa a edificar sobre esses alicerces.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ Foi o que praticaram na Rússia: apoderaram-se de tudo e fizeram o que quiseram sem dar satisfações a ninguém. Segundo documenta Pemjean, no "La Maffia Judeo-Maçonnique", págs. 227-231, a revolução bolchevista foi comandada pelo judeu-norte-americano Jacob Schriff, chefe da firma bancária Kuhn, Loeb & Co., de Nova York, associado aos banqueiros judeus Felix Warburg e Otto Kahn. Foi esse mesmo grupo de negociistas quem levou a presidência da República seu *testa de ferro* Hoover, com o fito de estabelecer a moratória do Plano Young, com o que, através da Alemanha humilhada, o judaísmo encheu o papo. Cf. Valéry-Radot, "Les temps de la colère", pág. 51. Os judeus Mortimer Schriff, irmão do banqueiro Jacob, Jeronimo H Hanauer, Guggenheim, Max Braitung e Warburg Stockolm, da gazeta novayorquina "Foward" ("Avante"), tomaram parte na organização e financiamento da revolução bolchevista russa por intermédio do judeu Bronstein que tomou o nome de Trotsky. Tudo isso foi revelado em abril de 1917 pelo judeu Paulo Warbug, despeitado por ter sido posto fora do Federal Reserve Board. Ele fora amigo íntimo dos grandes propagandistas do judaísmo: o rabino Magnés e Jacob Millikow. Gozara da intimidade de Jacob Schriff. Tudo isso está comprovado por um documento autêntico dos Estados Maiores Francês e Russo, de 1916, publicado por Léon de Poncins em "Les forces secrètes de la Révolution", págs. 168-170.

⁽²⁾ Essa política vem de muito longe, desde que os próprios cristãos, obedecendo a sugestões, intrigas e idéias maquiavélicas, quebraram a unidade do seu pensamento e de sua fé. "Foi o espírito *judaico* que triunfou com o protestantismo", afirma o judeu Bernard Lazare, "L'Antisémitisme", vol I, pág. 225. "O espírito judaico que penetrou a reforma trabalhou pelos judeus", diz o imparcialíssimo Georges Batault, "Le problème juif", pág. 188, nota. "O puritanismo é o judaísmo", diz Werner Sombart, "Die Juden und das Wirtschaftsleben", cap. XI, pág. 252, Cf. VII, 255.

⁽³⁾ A loja maçônica dos B'nai-Brith, só de judeus, por exemplo.

⁽⁴⁾ Nessa dispersão, o judeu, para se conservar puro e unido, criou o *ghetto*, que os ignorantes atribuem às perseguições dos cristãos. O imparcialíssimo Batault, op.cit., pág.99, afirma: "se os judeus foram encerrados em *bairros especiais*, é porque foram os primeiros a desejar isso, o que seus costumes e convicções exigiam". O judeu B. Lazare, op. cit., pág 206, confirma: " Os ghettos que, muitas vezes, os judeus aceitavam, e *mesmo procuravam*, no seu desejo de se separarem do mundo, de viverem à parte, sem se misturar com as nações, a fim de guardarem a integridade de suas crenças e de sua raça. Tanto assim que, em muitos países, os éditos que ordenavam aos judeus de se confinarem em bairros especiais somente consagravam um estado de coisas já existente".

Basta ver no Rio de Janeiro como os judeus se adensam do Campo de Sant'Ana ao Mangue, em São Paulo, da Luz ao Bom Retiro, transformando aqueles trechos das cidades em *bairros especiais* judaicos.

A esses bairros especiais nossos antepassados portugueses chamavam *judiaria*, *mouraria* e *bandé!*; os alemães de *iudengassen*; os italianos *giudecca*. A palavra *ghetto* provém do hebraico *ghet*, que quer dizer divórcio, separação.

CAPÍTULO XII

Resumo:

Interpretação maçônica da palavra "liberdade". Futuro da imprensa no reino dos franco-maçons. O controle da imprensa. As agências de correspondentes. Que é o progresso para os franco-maçons? A solidariedade dos franco-maçons na imprensa moderna. Excitação das exigências "sociais" provinciais. Infalibilidade do novo regime.

DEFINIREMOS da seguinte maneira a palavra "liberdade", que pode ser interpretada de vários modos:

A liberdade é o direito de fazer o que a lei permite ⁽¹⁾. Tal interpretação da palavra liberdade nos tempos que vão vir fará com que toda liberdade esteja nas nossas mãos, porque as leis destruirão ou criarão o que nos for agradável, segundo o programa que já expusemos.

Com a imprensa, agiremos do seguinte modo: Que papel desempenha agora a imprensa? Serve para acender as paixões ou conservar o egoísmo dos partidos. Ela é vã, injusta e mentirosa e a maioria das pessoas não compreende absolutamente para que serve ⁽²⁾. Nós lhe poremos sela e fortes rédeas, fazendo o mesmo com todas as obras impressas, porque de que serviria nos desembaraçarmos da imprensa, se servíssemos de alvo à brochura e ao livro? Transformaremos a publicidade, que hoje nos custa caro, porque nos permite censurar os jornais, em uma fonte de renda para nosso Estado. Criaremos um imposto especial sobre a imprensa. Exigiremos uma caução, quando se fundarem os jornais ou oficinas de impressão. Assim, nosso governo ficará garantido contra qualquer ataque da imprensa. Oportunamente, aplicaremos multas sem piedade. Selos, cauções e multas darão enorme renda ao Estado.

É verdade que os jornais de partido poderiam ficar acima dos prejuízos em dinheiro; mas os suprimiremos logo ao segundo ataque. Ninguém tocará impunemente a auréola de nossa infalibilidade governamental. Pretextaremos, para suprimir um jornal, que ele agita os espíritos sem motivo e sem razão. Peço-vos notar que, entre os jornais que nos atacarem, haverá órgãos criados por nós, os quais atacam somente os pontos, cuja modificação nós desejamos ⁽³⁾.

Nada será comunicado à sociedade sem nosso controle. Esse resultado já foi alcançado em nossos dias, porque todas as notícias são recebidas por diversas agências, que as centralizam de toda a parte do mundo ⁽⁴⁾. Essas agências estarão, então, inteiramente em nossas mãos e só publicarão o que consentirmos.

Se no momento atual, já soubemos apoderar-nos dos espíritos das sociedades cristãs de tal modo que todos olham os acontecimentos mundiais através dos vidros de cor dos óculos que lhes pusemos nos olhos, se já, em nenhum Estado, não há mais fechaduras que nos impeçam o acesso de que os cristãos tolaemente denominam segredos de Estado, o que será quando formos os donos reconhecidos do universo sob o domínio de nosso rei universal...?

Quem quer que deseje ser editor, bibliotecário ou impressor, será obrigado a obter um diploma, o qual, no caso de seu possuidor se tornar culpado dum malefício qualquer, será imediatamente confiscado. Com tais medidas, o instrumento do pensamento se tornará um meio de educação nas mãos de nosso governo, o qual não permitirá mais as massas populares divagarem sobre os benefícios do progresso ⁽⁵⁾. Quem é que, entre nós, não sabe que esses benefícios ilusórios levam diretamente a sonhos absurdos? Desses sonhos se originaram as relações anárquicas dos homens entre si e com o poder, porque o progresso, ou melhor, a idéia do progresso foi que deu a idéia de todas as emancipações, sem fixar os seus limites... ⁽⁶⁾ Todos aqueles que chamamos liberais são anarquistas, senão de fato, pelo menos de pensamento. Cada qual deles busca as ilusões da liberdade e cai na anarquia, protestando pelo simples prazer de protestar...

Voltemos à imprensa. Nós a gravaremos, como tudo quanto se imprima, com impostos em selo a tanto por folha ou página, e com garantias; os volumes de menos de 30 páginas serão tributados com o dobro. Registrá-los-emos na categoria das brochuras, primeiro para reduzir o número de revistas, que são o pior dos venenos, segundo porque essa medida obrigará os escritores a produzirem obras muito longas, que serão pouco lidas, sobretudo por causa de seu custo. Pelo contrário, o que nós editarmos para muitos espíritos, na tendência que tivermos estabelecido, será barato e lido por toda a gente. O imposto matará o vão desejo de escrever e o temor da punição porá os literatos na nossa dependência.

Se houver quem deseje escrever contra nós, não haverá ninguém que imprima. Antes de aceitar uma obra para imprimir, o editor ou impressor consultará as autoridades a fim de obter a necessária autorização. Deste modo, conheceremos de antemão as emboscadas que nos armem e as destruiremos, dando explicações com antecedência sobre o assunto tratado.

A literatura e o jornalismo são as duas forças educativas mais importantes; por isso, nosso governo será proprietário da maioria dos jornais. Assim, a influência perniciosa da imprensa particular será neutralizada e adquiriremos enorme influência sobre os espíritos. Se autorizarmos dez jornais, fundaremos logo trinta, e assim por diante.

O público nem desconfiará disso. Todos os jornais editados por nós terão, aparentemente, tendências e opiniões as mais opostas, o que despertará a confiança neles, e atrairá a eles nossos adversários confiantes, que cairão na armadilha e se tornarão inofensivos ⁽⁷⁾.

Os órgãos de caráter oficial virão em primeiro plano. Velarão sempre pelos nossos interesses e por isso sua influência será quase nula.

No segundo plano, virão os oficiosos, cujo papel será atrair os indiferentes e amorfos.

No terceiro plano, poremos a pretensa oposição. Um órgão pelo menos deve ser sempre o antípoda de nossas idéias ⁽⁸⁾.

Nossos adversários tomarão esse falso opositor como seu aliado e nos mostrarão seu jogo.

Nossos jornais serão de todas as tendências: uns aristocráticos; outros, republicanos, revolucionários, ou mesmo anarquistas, enquanto existir a constituição, bem entendido.

Terão, como o deus hindú Vichnú, cem mãos, cada uma das quais acelerará a mudança da sociedade ⁽⁹⁾; essas mãos conduzirão a opinião no sentido conveniente aos nossos fins, porque um homem muito agitado perde a faculdade de raciocinar e facilmente se abandona à sugestão. Os imbecis que pensarem que repetem a opinião de seu partido repetirão a nossa opinião ou a que nos convier. Imaginarão que seguem o órgão de seu partido e seguirão, na realidade, a bandeira que arvoramos por ele.

Para dirigir nesse rumo nosso exército de jornalistas, deveremos organizar essa obra com cuidado muito especial. Sob o nome de escritório central de imprensa, organizaremos reuniões literárias, nas quais nossos agentes dirão, sem que ninguém desconfie, a palavra de ordem e os sinais. Discutindo e contradizendo nossa iniciativa de modo superficial, sem penetrar no âmago das questões, nossos órgãos entreterão vaga polêmica com os jornais oficiais, a fim de nos dar os meios de nos pronunciarmos mais claramente do que o poderíamos fazer nas nossas primeiras declarações oficiais.

Esses ataques desempenharão ainda o papel de fazer com que nossos súditos se julguem garantidos de falar livremente; isso dará, demais, a nossos agentes motivo para dizerem e afirmarem que os órgãos que se declaram contra nós nada mais fazem do que falar a toa, pois que não podem achar verdadeiras razões para refutar seriamente nossas medidas.

Tais processos, despercebidos da opinião pública, porém seguros, certamente atrairão para nós a atenção e a confiança pública. Graças a eles, excitaremos e acalmaremos, conforme for preciso, os espíritos, nas questões políticas, persuadindo-os ou desanimando-os, imprimindo ora a verdade, ora a mentira, confirmando os fatos, ou contestando, segundo a impressão que fizerem no público, apalpando sempre prudentemente o terreno antes de dar um passo... Venceremos infalivelmente nossos adversários, porque eles não terão à sua disposição órgãos em que se possam pronunciar até o fim, devido as medidas a que já aludimos. Não teremos necessidade de refutá-los profundamente...

Refutaremos enérgicamente em nossos órgãos oficiosos os balões de ensaio lançados por nós na terceira categoria de nossa imprensa, em caso de necessidade.

Já agora, nas formas do jornalismo francês, pelo menos existe uma solidariedade franco-maçônica. Todos os órgãos da imprensa estão ligados entre si pelo segredo profissional; semelhantes aos antigos augures, nenhum de seus membros revelará o segredo de suas informações, se não receber ordem para isso. Nenhum jornalista ousará trair esse segredo, porque nenhum deles será admitido na órbita da literatura, se não tiver uma mancha em seu passado; essa mancha seria imediatamente revelada. Enquanto tais manchas forem conhecidas somente por alguns, a auréola do jornalista atrairá a opinião da maioria do país e ele será seguido com entusiasmo ⁽¹⁰⁾.

Nossos cálculos se estendem sobretudo para a província. É necessário que nela excitemos esperanças e aspirações opostas às da capital que faremos passar como espontâneas. É claro que a fonte será sempre a mesma: elas partirão de nós. Enquanto não desfrutarmos o poder de modo completo, teremos a necessidade de envolver as capitais pelas opiniões dos povos da província, isto é, pelas opiniões da maioria manobrada por nossos agentes. É necessário que as capitais, no momento psicológico, não discutam o fato consumado, por isso é que já foi aceito pela opinião provincial.

Quando entrarmos no novo regime que preparará nosso reinado, não poderemos tolerar a revelação da desonestidade pública pela imprensa; será necessário que se creia que o novo regime satisfaz tão bem toda a gente que os próprios crimes desapareceram... Os casos de manifestação da criminalidade não deverão ser conhecidos de suas vítimas e de suas testemunhas acidentais ⁽¹¹⁾.

Notas e comentários:

⁽²⁾ Para mostrar como o judeu manobra a imprensa, corrompe-a e por meio dela estabelece a confusão, basta o seguinte exemplo: no dia 14 de abril de 1936, o "Diário da Noite", do Rio de Janeiro estampou um editorial, "Os judeus no Brasil", elogiando a ação dos israelitas através de nossa história e condenando qualquer campanha racista; no dia 16 do mesmo mês e ano, o "Diário de São Paulo", publicou um artigo de redação "Campanha Injustificável", abundando em idênticas considerações afirmando que os judeus são uma força do progresso nacional e chamando de "abastardamento espiritual" qualquer campanha contra eles; anteriormente, num artigo contra o judeu Oscar Flues, o jornalista Oswaldo Chateaubriand, escrevia as seguintes palavras: "...agradecerá de haveremos feito com esse porco o serviço que a Alemanha racista põe em prática em relação a tipos dessa ordem, quando sanea a nação das podridões inevitáveis"...

Ora, o "Diário da Noite" e o "Diário de São Paulo" pertencem ao mesmo consórcio jornalístico denominado "Diários Associados", de propriedade do sr. Assis Chateaubriand, e o sr. Oswaldo Chateaubriand é irmão do sr. Assis e diretor do "Diário de São Paulo"... Decifre-se o enigma!

⁽³⁾ Em outro ponto deste capítulo dos "protocolos", este pensamento é ainda mais explícito, como veremos.

⁽⁴⁾ "La Libre Parole", de Paris, tem denunciado documentadamente que as agências internacionais como a Havas, a United Press, etc... estão na mão dos judeus.

⁽⁵⁾ Esse *desideratum* já foi conseguido na Rússia, onde só o Estado é editor de livros, revistas, folhetos e jornais.

⁽⁶⁾ É o chamado espírito revolucionário. O judeu encarna-o. Cf. Gougenot des Mosseaux, "Le juif, le judaïsme et la judaïsation des peuples chrétiens", pág. 25,: "O judeu é o preparador, o maquinador, o engenheiro-chefe das revoluções".

B. Lazare, "L'Antisémitisme", vol II, pág. 182: "A acusação dos anti-semitas parece fundada: o judeu tem o espírito revolucionário consciente ou não, é um agente de revolução".

Ed. Laveleye, op. cit., pág.13, introdução: "Foi da Judéia que saiu o fermento da revolução que agita o mundo".

Kadmi-Cohen, "Nômades", pág.6: "É (o conceito semita) quem as provoca (convulsões e revoluções), as dirige, as alimenta, e as detém... Dia virá em que o modo de pensar instituído pelo conceito semita triunfará..." Idem, pág. 58: " O entusiasmo passional negativo dos judeus os mantém durante dois mil anos em estado de franca rebelião contra o mundo inteiro". Idem, pág. 61: "Nem o árabe, nem o hebreu possuem uma palavra para exprimir a idéia de disciplina. A ausência da palavra no vocabulário prova a ausência da noção no espírito".

Eberlin, "Les juifs", pág. 143: "os judeus não puderam manter seu Estado entre os Estados da Antiguidade e, fatalmente, se tornaram os fermentos revolucionários do universo".

G. Batault, "Le problème juif", pág. 129: "o judaísmo é, efetivamente, a encarnação do Espírito de Revolta, o fermento de destruição e dissolução das sociedades e das nações" idem, pág. 200: "Dum ponto de vista elevado, pode-se, com justiça, falar da judaização das sociedades contemporâneas e da cultura moderna. Estamos dominados por princípios ético-econômicos saídos do judaísmo, e o espírito de revolta que agita o mundo o inclinará ainda a se enterrar mais nesse sentido."

Cf. ainda Baruch Hagani, escritor judeu e sionista, "Le sionisme politique", Paris, 1917, págs. 27-28.

Gregos e Troianos, todos estão de acordo quanto ao espírito revolucionário judaico. Os "Protocolos" também, pois, são a quintessência do pensamento judaico, como vamos provando.

⁽⁷⁾ Ver a nota 2, *com atenção*.

⁽⁸⁾ Tomai, pois, muita cautela com certos jornaes que se fingem anti-judaicos. Cuidado com o anti-judaísmo do Sr. Geraldo Rocha, antigo servidor de Israel!

⁽⁹⁾ V. o que diz Ford no "O Judeu Internacional": "por trás de espetaculares aparências, se oculta um Proteu"... Tudo isso e o que se segue sobre a imprensa merece ser meditado e comparado com a realidade. Então se verificarão coincidências e fatos que se não tinham percebido. Continuando a observar, verifica-se que tudo obedece a um sistema de articulação secreto...

⁽¹⁰⁾ Cautela com os antigos sócios ou assalariados de judeus, que, dizendo-se outrora ignorantes e pecadores e agora esclarecidos e arrependidos, fazem campanha superficial e de efeito contra Israel... Quem andou de grilheta sempre arrasta a perna... Lembrai-vos dos inúmeros braços do Vichnú dos "Protocolos" e das inúmeras formas do Proteu de Henry Ford.

L. Durand chama ao judaísmo o Polvo Gigante... Cuidado com os jornaes como "A Nota", cujo dono já foi braço direito dos judeus!...

⁽¹¹⁾ O contrário justamente do que a imprensa faz hoje, desmoralizando com o escândalo e a sociedade e os homens públicos.

CAPÍTULO XIII

Resumo:

A necessidade do pão quotidiano. As questões políticas. As questões industriais. As diversões. As casas do povo. A verdade é uma só. Os grandes problemas.

A NECESSIDADE do pão quotidiano impõe silêncio aos cristãos, e fez deles nossos humildes servidores. Os agentes tomados entre eles para a nossa imprensa discutirão por nossa ordem o que nos convier fazer imprimir diretamente em documentos oficiais, e nós mesmos, durante esse tempo, aproveitando o rumor provocado por essas discussões, tomaremos as medidas que nos parecerem úteis e as apresentaremos ao público como fato consumado. Ninguém terá a audácia de reclamar a anulação do que tiver sido decidido, tanto mais quanto será apresentado como um progresso. A imprensa, aliás, chamará logo a atenção para novas questões. Temos, como sabeis, homens acostumados a procurar sempre novidades. Alguns imbecis, acreditando-se instrumentos de sorte, se lançarão sobre essas novas questões, sem compreender que nada entendem do que querem discutir ⁽¹⁾. As questões da política não são acessíveis a ninguém, exceto àqueles que as criaram, há muitos séculos, e que as dirigem.

Por tudo isso, vereis que, procurando a opinião da multidão, não fazemos mais do que facilitar a realização de nossos desígnios, e podeis notar que parecemos buscar a aprovação de nossos atos, mas de nossas palavras pronunciadas nesta ou naquela ocasião. Proclamamos constantemente que, em todas as nossas medidas, tomamos por guia a esperança unida à certeza de ser úteis ao bem de todos.

Para afastar os homens muito inquietos das questões políticas, poremos antes das pretensas questões novas questões industriais. Que gastem sua fúria nesse assunto. As massas consentirão em ficar inativas, a repousar de sua pretensa atividade política, (a que nós mesmos as habituamos, a fim de lutar por seu intermédio contra os governos dos cristãos), com a condição de ter novas ocupações; nós lhe inculcaremos mais ou menos a mesma direção política. A fim de que nada consigam pela reflexão, nós as desviaremos pelos jogos, pelas diversões, pelas paixões, pelas casas do povo... Em breve, proporemos pela imprensa concursos de arte, de esporte, de toda a espécie: esses interesses alongarão definitivamente os espíritos das questões em que teríamos de lutar com eles ⁽²⁾. Desabitando-se os homens cada vez mais de pensar por si, acabarão por falar unânime de nossas idéias, porque seremos os únicos que proporemos novos rumos ao pensamento... por intermédio de pessoas que se não suspeite sejam solidárias conosco ⁽³⁾.

O papel dos utopistas liberais estará definitivamente encerrado, quando nosso regime for reconhecido. Até lá, nos prestarão grande serviço. Por isso, impeliremos os espíritos a inventar toda a espécie de teorias fantásticas, modernas e pretensamente progressistas; porque teremos virado a cabeça a esses cristãos imbecis, com pleno êxito, por meio dessa palavra progresso, não havendo uma só mentalidade entre eles que veja que, sob, essa palavra, se esconde um erro em todos os casos em que não se tratar de invenções materiais, porque a verdade é uma só e não poderia progredir. O progresso, como idéia falsa, serve para obscurecer a verdade, a fim de que ninguém a conheça, salvo nós, os eleitos de Deus e sua guarda.

Quando vier o nosso reinado, nossos oradores raciocinarão sobre os grandes problemas que emocionaram a humanidade, para lavá-la afinal ao nosso regime salutar. Quem duvidará, então, que todos esses problemas foram inventados por nós de acordo com um plano político que ninguém adivinhou durante séculos?

Notas e comentários:

⁽¹⁾ "Fujam das novidades", já aconselhava há muitos séculos um grande papa, S. Diniz, ao patriarca de Alexandria.

⁽²⁾ Vêde, como o panorama dos concursos de beleza, das competições esportivas, dos reides, dos recordes de velocidade, de tudo quanto nesse setor apregoa retumbantemente a imprensa, afasta a maioria do povo dos assuntos sérios, da meditação sobre seus próprios interesses que são os interesses da pátria.

⁽³⁾ O Sr. Geraldo Rocha, que hoje combate os judeus, foi quem introduziu no Brasil os concursos de Rainha de Beleza, pela "A Noite", de parceria com o judeu de Waleffe...

Vêde como os concursos, hoje, em plena voga, concursos de toda a espécie, foram anunciados com décadas de antecedência. É notável! E ainda há coragem para negar a autenticidade dos "Protocolos"!

Algumas mesmo fingem atacar o judaísmo.

CAPÍTULO XIV

Resumo:

A religião do futuro. A servidão futura. Impossibilidade de conhecer os mistérios da religião do porvir. A pornografia e o futuro da palavra impressa.

QUANDO vier nosso reino, não reconheceremos a existência de nenhuma outra religião ⁽¹⁾ a não ser a de nosso Deus Único, com a qual nosso destino está ligado, porque somos o Povo Eleito, pelo qual esse mesmo destino está unido aos destinos do mundo. Por isso, devemos destruir todas as crenças. Se isso faz nascer os ateus contemporâneos, esse grau transitório não prejudicará nossa finalidade, mas servirá de exemplo às gerações que ouvirão nossas prédicas sobre a religião de Moisés, cujo sistema estóico e bem concebido terá produzido a conquista de todos os povos. Feremos ver nisso sua verdade mística, em que, diremos, repousa toda a sua força educativa. Então publicaremos em todas as ocasiões artigos em que compararemos nosso regime salutar com os do passado. As vantagens do repouso obtido após séculos de agitação porão em relevo o caráter benéfico de nosso domínio. Os erros das administrações dos cristãos serão descritos por nós com as cores mais vivas. Excitaremos tal repugnância por eles que os povos preferirão a tranquilidade da servidão aos direitos da famosa liberdade que tanto tempo os atormentou, que lhes tirou os meios de vida, que os fez serem explorados por uma tropilha de aventureiros, os quais nem sabiam o que estavam fazendo... As inúteis mudanças de governo a que impelimos os cristãos, quando minávamos seus edifícios governamentais, terão de tal jeito fatigado os povos que preferirão tudo suportar de nós ao risco de novas agitações. Sublinharemos muito particularmente os erros históricos dos governos cristãos, que por falta dum bem verdadeiro, atenuaram durante séculos a humanidade, na busca de ilusórios bens sociais, sem dar fé que seus projetos somente faziam agravar, ao invés de melhor, as relações gerais da vida humana.

Nossos filósofos discutirão todos os defeitos das crenças cristãs, mas ninguém poderá discutir jamais nossa religião, de seu verdadeiro ponto de vista, por que ninguém a conhecerá a fundo, salvo os nossos, os quais nunca ousarão trair seus segredos...

Nos países que se denominam avançados, criamos uma literatura louca, suja, abominável. Estimulá-la-emos ainda algum tempo após nossa chegada ao poder, a fim de bem fazer ressaltar o contraste de nossos discursos e programas com essas torpezas...

Nossos Sábios, educados para dirigir os cristãos, comporão discursos, projetos, memórias, artigos, que nos darão influência sobre os espíritos e nos permitirão dirigí-los para as idéias e conhecimentos que quisermos impor-lhes.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ É o que já se dá na Rússia. Num discurso célebre de Stálin, genro do judeu Kaganovitch, dono do antigo Império do Czar, o atual Czar Vermelho, disse: "Em 1º de maio de 1937, não deverá haver nenhuma igreja mais em toda Rússia. A idéia de Deus deverá ser desprezada como um resto da Idade-Média, como um instrumento que serviu de opressão ao proletariado".

⁽²⁾ Está veladamente assinalado aqui, sob os véus enganadores da religião de Moisés, o *mamonismo*, o culto do Anticristo, que começa na Rússia com as romarias ao túmulo de Lenine, junto ao qual, segundo documentos citados por Salluste, em "Les origenes secrètes du bolchevisme", já se fizeram até sacrifícios sangrentos (veja a respeito em Jewish Ritual Murder). Valéry-Radot em "Les temps de la colère", descobre na religião que o judaísmo quer impor ao mundo "certa sedução tenebrosa, mais poderosa e mais oculta..."

A surata 20 do capítulo LXIII do Alcorão declara, referindo-se aos judeus: "Satan apoderou-se deles. Eles formam o partido de Satan". Não são o único povo deicida?... Dá o que pensar!...

CAPÍTULO XV

Resumo:

Golpe de Estado mundial em um dia. As condenações à morte. A futura sorte dos franco-maçons cristãos. O caráter místico do poder. Multiplicação das lojas maçônicas. A administração central dos Sábios. A questão Azef. A franco-maçoneria é o guia de todas as sociedades secretas. A importância do êxito público. O coletivismo. As vítimas. As condenações à morte de franco-maçons. Queda do prestígio das leis e da autoridade. A pré-eleição. Brevidade e clareza das leis do reino futuro. Obediência à autoridade. Medidas contra o abuso de poder. Crueldade das punições. Limite de idade para os juizes. O liberalismo de juizes e do poder. O dinheiro mundial. O absolutismo da franco-maçoneria. Direito de cassação. O "aspecto" patriarcal do futuro "governo". O direito do mais forte como direito único. O rei de Israel é o patriarca do mundo.

QUANDO, afinal, começarmos a reinar com o auxílio de golpes de estado preparados em toda parte para o mesmo dia, depois da confissão da nulidade de todos os governos existentes (ainda passará muito tempo antes disso, talvez um século), providenciaremos para que não haja conspiratas contra nós. Para esse efeito, condenaremos à morte todos os que receberem nosso advento de armas em punho. Toda nova criação de qualquer sociedade secreta será punida com a morte. Aquelas que ora existem, que conhecemos, que nos serviram e que ainda nos servem, serão abolidas e somente permitidas nos continentes afastados da Europa. Assim, trataremos os franco-maçons cristãos que saibam demasiado; os que pouparmos por qualquer razão viverão no perpétuo temor do exílio para essas regiões ⁽¹⁾.

Publicaremos uma lei, segundo a qual os antigos membros das sociedades secretas deverão deixar a Europa, centro de nosso governo ⁽²⁾.

As decisões de nosso governo serão definitivas e sem apelo.

Nas sociedades cristãs em que semeamos tão profundas raízes de dissensão, e protestantismo (no sentido de protesto), só se pode restabelecer a ordem por meio de medidas cruéis, que demonstrem a inflexibilidade do poder: é inútil prestar atenção às vítimas que caem em holocausto ao bem futuro. O dever de todo governo que reconhece que existe não é somente gozar seus privilégios, mas exercer seus deveres e alcançar o bem, embora à custa dos maiores sacrifícios. Para um governo ser inabalável, é preciso reforçar a auréola de sua força, o que só se obtém mediante a majestosa inflexibilidade do poder, que deve possuir os sinais duma inviolabilidade mística, da escolha feita por Deus. Assim era até seus últimos tempos a autocracia russa - nosso único inimigo sério no mundo inteiro, com o papado ⁽³⁾. Lembrai-vos o exemplo da Itália, ensopada de sangue, não ousando tocar em um cabelo de Sila, que derramara esse sangue: Sila estava divinizado pelo seu poder aos olhos do povo, martirizado por ele, e sua volta audaciosa à Itália o tornava inviolável... O povo não toca naquele que o hipnotiza pela sua coragem e fortaleza de alma ⁽⁴⁾.

Mas, esperando nosso advento, criaremos e multiplicaremos, pelo contrário, as lojas maçônicas em todos os países do mundo, atraindo para elas todos os que são ou possam ser agentes proeminentes. Essas lojas formarão nosso principal aparelho de informações e o meio mais influente de nossa atividade. Centralizaremos todas essas lojas em uma administração que somente nós conheceremos, composta pelos nossos Sábios. As lojas terão seu representante, atrás do qual estará escondida a administração de que falamos, e será esse representante quem dará a palavra de ordem e o programa. Formaremos nessas lojas o núcleo de todos os elementos revolucionários e liberais. Elas serão compostas por homens de todas as camadas sociais. Os mais secretos projetos políticos ser-nos-ão concedidos e cairão sob a nossa direção no próprio momento em que apareçam. No número dos membros dessas lojas se incluirão quase todos os agentes da polícia nacional e internacional, como na questão Azef, porque seu serviço é insubstituível, para nós, visto como a polícia, pode não só tomar medidas contra os recalcitrantes, como cobrir nossos atos, criar pretextos de descontentamentos, etc... Aqueles que entram para as sociedades secretas são ordinariamente ambiciosos, aventureiros, e em geral, homens na maioria levianos, com os quais não teremos grande dificuldade em nos entendermos para realizar nossos projetos ⁽⁵⁾.

Se se verificarem desordens, isto significará que tivemos necessidade de perturbações, para destruir uma solidariedade demasiado grande. Se houver um conspirata no seu seio, o chefe da mesma somente poderá ser um de nossos mais fiéis servidores. É natural que sejamos nós e ninguém mais quem conduza os negócios da franco-maçoneria, porque nós sabemos aonde vamos, conhecemos a finalidade de toda a ação, enquanto que os cristãos nada sabem, nem mesmo o resultado imediato; geralmente se contentam com um êxito momentâneo de amor próprio na execução de seu plano, sem mesmo dar fé que esse plano não provém de sua iniciativa, mas que lhes foi por nós sugerido.

Os cristãos entram nas lojas por curiosidade ou com a esperança de comer uma fatia do bolo público com nosso auxílio, alguns até para ter a possibilidade de exprimir diante duma assistência seus sonhos irrealizáveis e sem base: têm a sede da emoção, do êxito e dos aplausos, que nós dispensamos sempre sem avareza. Nós lhes damos esse êxito para aproveitar o contentamento próprio que dele resulta e graças ao qual os homens aceitam nossas sugestões sem se dar conta disso, plenamente persuadidos que exprimem em sua infalibilidade suas idéias e que são incapazes de se apropriarem das dos outros... Não podeis imaginar como se podem levar os cristãos mais inteligentes a uma ingenuidade inconsciente, com a condição de torná-los contentes com eles mesmos, e, ao mesmo tempo, como é fácil desencorajá-los com o menos revés, embora somente fazendo cessar os aplausos, o que os obriga a uma obediência servil, a fim de obter novo triunfo... ⁽⁶⁾

Tanto os nossos desdenham esses triunfos, contanto que realizem nossos projetos, quanto os cristãos estão prestes a sacrificar seus projetos, contanto que consigam o êxito. Essa psicologia facilita consideravelmente a tarefa de dirigí-los. Esses tigres na aparência tem almas de carneiro e suas cabeças são inteiramente vazias. Demos-lhes, como isca, o sonho da absorção da individualidade humana na unidade simbólica do coletivismo. Ainda não desconfiaram nem desconfiarão tão cedo que essa isca é uma evidente violação da mais importante das leis da natureza, que fez, desde o primeiro dia da Criação, cada ser diferente dos outros, precisamente porque afirma sua individualidade ⁽⁷⁾.

O fato de os termos podido conduzir a essa loucura e cegueira prova com a maior clareza como seu espírito é pouco desenvolvido em relação ao nosso? Essa circunstância é a maior garantia de nosso êxito. Como nossos antigos sábios foram clarividentes, dizendo que, para atingir um fim, não se devem olhar os meios e contar o número de vítimas sacrificadas! Não temos contado as vítimas dos brutos cristãos e, embora tenhamos sacrificado muitos dos nossos, demos na terra ao nosso povo um poder com que ele nunca ousara sonhar. As vítimas relativamente pouco numerosas dos nossos o têm preservado de sua perda.

A morte é o fim inevitável de todos. Vale mais acelerar o fim daqueles que põem obstáculo à nossa obra do que o nosso, pois que criamos essa obra. Daremos a morte aos franco-maçons de maneira que ninguém, salvo seus irmãos, possa desconfiar, nem mesmo as próprias vítimas de nossas condenações; morrerão todos, quando se tornar necessário, como se fosse de doença natural... ⁽⁸⁾ Sabendo disso, a própria confraria não ousará protestar. Essas medidas extirparão do seio da franco-maçonomia todo germe de protesto. Pregando aos cristãos o liberalismo, mantemos nosso povo e nossos agentes numa obediência completa.

Graças à nossa influência, a execução das leis dos cristãos está reduzida ao mínimo. O prestígio das leis foi minado pelas interpretações liberais que nelas introduzimos. Nas causas e questões de política e princípio, os tribunais decidem, como lhes prescrevemos, vendo as cousas pela face que lhes apresentamos. Servimos-nos para isso do intermédio de pessoas com as quais ninguém pensa que tenhamos nada de comum, da opinião dos jornais e de outros meios ainda. Os próprios senadores e a administração superior aceitam cegamente nossos conselhos. O espírito puramente animal dos cristãos não é capaz de análise e de observação, ainda menos de prever aonde podem levar certos modos de apresentar uma questão ⁽⁹⁾.

É nessa diferença de aptidão, para pensar, entre nós e os cristãos que se pode ver claramente o sinal de nossa eleição e a marca de nossa humanidade. O espírito dos cristãos é instintivo, animal. Eles vêem, mas não prevêem e não inventam, salvo as cousas materiais. Vê-se por aí com a maior clareza que a própria natureza nos destinou para dirigir e governar o mundo.

Quando chegar o tempo de governarmos abertamente e de mostrarmos os benefícios de nosso governo, refaremos todas as legislações: nossas leis serão breves, claras, inabaláveis, sem comentários, tanto que todos as poderão conhecer bem. O traço predominante dessas leis será a obediência às autoridades levada a um grau grandioso. Então, todos os abusos desaparecerão em virtude da autoridade superior do representante de todos até o último perante a autoridade superior do representante do poder. Os abusos o poder dos funcionários inferiores serão punidos tão severamente que cada um deles perderá a vontade de tentar a experiência. Seguiremos com um olhar inflexível cada ato da administração de que dependa a marcha da máquina governamental, porque a licença na administração produz a licença universal: todo caso de ilegalidade ou abuso será punido de maneira exemplar. O roubo, a cumplicidade solidária entre funcionários administrativos desaparecerão após os primeiros exemplos dum castigo rigoroso ⁽¹⁰⁾. A auréola de nosso poder exige punições eficazes, isto é, cruéis, a menor infração das leis, porque qualquer infração atinge o prestígio superior da autoridade. O condenado severamente punido será como um soldado que tombou no campo de batalha administrativo pela Autoridade, os Princípios e a Lei, que não admitem que o interesse particular domine a função pública, mesmo por parte daqueles que dirigem o carro da sociedade. Nossos juízes saberão que, querendo gabar-se da tola misericórdia, violam a lei da justiça, instituída para edificar os homens, castigando os crimes, e não para que juízes mostrem a sua generosidade. É permitido dar provas dessas qualidades na vida privada, mas não na vida pública, que é como que a base de educação da vida humana.

Nosso pessoal judiciário não poderá servir depois de cinquenta e cinco anos, em primeiro lugar, porque os velhos são mais arraigados às suas opiniões preconcebidas e menos aptos a obedecer às novas ordenações, em segundo porque isso nos permitirá mais facilmente renovar esse mesmo pessoal, o qual, assim, nos ficará mais submetido: quem quiser conservar seu posto terá de obedecer cegamente, a fim de merecer esse favor. Em geral, nossos juízes serão escolhidos por nós somente entre os que saibam bem que seu papel é punir e aplicar as leis, não fazer liberalismo em detrimento do Estado, como atualmente os cristãos praticam. As mudanças servirão ainda para destruir a solidariedade coletiva da classe, ligando todos aos interesses do governo, do qual dependerá sua sorte. A nova geração de juízes será educada de tal modo que considerará inadmissíveis abusos que possam atingir a ordem estabelecida nas relações de nossos súditos entre si.

Nos dias que correm, os juízes cristãos, não tendo uma idéia justa de sua tarefa, são indulgentes para todos os crimes, porque os atuais governantes, nomeando os juízes para seus ofícios, não tomam o cuidado de lhes inspirar o sentimento do dever e a consciência da obra que deles se exige. Do mesmo modo como um animal manda seus filhotes em busca de uma presa, os cristãos dão aos seus súditos lugares de boa renda, sem cuidar de lhes explicar a finalidade desse emprego. Por isso, seus governos se destroem por suas próprias forças, pelos atos de sua própria administração.

Tiremos pois, dos resultados desses atos mais uma lição para o nosso regime. Expulsaremos o liberalismo de todos

os postos importantes de nossa administração, dos quais dependerá a educação dos subordinados em vista de nossa ordem social. Somente serão admitidos a esses postos aqueles que forem por nós educados para o governo administrativo. Podem observar-nos que a compulsória dos velhos funcionários custará caro ao tesouro. Responderemos de entrada que se procurará para eles um emprego particular que substitua o público; depois, que, estando todo o dinheiro do mundo concentrado em nossas mãos, nosso governo não pode reacear despesas excessivas.

Nosso absolutismo será em tudo coerente. Por isso, nossa vontade será respeitada e obedecida sem constestação todas as vezes que dermos ordens. Ela não se preocupará com nenhum murmúrio, com nenhum descontentamento, castigando de maneira exemplar toda e qualquer revolta.

Aboliremos o direito de cassação, do qual seremos os únicos a dispor como governantes, porque não devemos deixar nascer no povo a idéia de ser possível uma decisão injusta pronunciada pelos juízes nomeados por nós. Se uma coisa semelhante acontecer, nós mesmos cassaremos a sentença, porém punindo tão exemplarmente o juiz por não ter compreendido seu dever e seu papel que isso jamais se repertirá. Repito mais uma vez que conheceremos cada passo de nossa administração, vigiando bem para que o povo fique contente conosco, porque ele tem o direito de exigir dum bom governo bons funcionários.

Nosso governo assumirá o aspecto duma tutela patriarcal, manifestando-se de modo paternal. Nosso povo e nossos súditos verão nele um pai que cuida de todas as necessidades, de todos os atos, de todas as relações recíprocas dos súditos entre si, assim como de suas relações com o governo. Então, perpetrar-se-ão de tal modo desse espírito que lhes será impossível passar sem essa tutela e essa direção, se quiserem viver em paz, tranquilos; reconhecerão a autocracia de nosso governo com uma veneração vizinha da adoração, sobretudo quando se convencerem que nossos funcionários não substituem nosso poder pelo seu e somente executam ordens cegamente. Ficarão satisfeitos conosco por termo regulado sua vida como fazem os pais prudentes que querem criar os filhos no sentimento do dever e da obediência. Porque os povos, em relação aos segredos de nossa política, são crianças, são eternamente menores, assim como seus governos...

Como vêdes, fundo o nosso despotismo sobre o direito e o dever: o direito de exigir o cumprimento do dever é o primeiro dever dum governo que seja o pai de seus governados. Ele tem o direito do mais forte e deve usá-lo para dirigir a humanidade para a ordem estabelecida pela natureza, isto é, para a obediência. Tudo obedece no mundo, senão aos homens, pelo menos às circunstâncias ou à sua própria natureza e, em todo caso, ao mais forte. Sejamos, portanto, o mais forte para o bem ⁽¹⁾.

Deveremos saber, sem hesitar, sacrificar alguns indivíduos isolados, violadores da ordem estabelecida, porque há uma grande força educativa no castigo exemplar do mal.

Se o rei de Israel puser sobre a sua cabeça sagrada a coroa que a Europa lhe oferecerá, tornar-se-á o patriarca do mundo. As vítimas necessárias, feitas por ele, em obediência à utilidade, jamais atingirão o número das vítimas oferecidas durante séculos à loucura das grandezas pela rivalidade dos governos cristãos.

Nosso rei estará em constante comunhão com o povo; dirigir-lhe-á discursos de tribuna, que logo a fama espalhará pelo mundo inteiro.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ Os cristãos deviam seguir estas regras de conduta para se defenderem. Mas se o tentarem, a imprensa judaizada clamará contra as crueldades e a tirania.

⁽²⁾ É o que esperam os maçons cúmplices e servos dos judeus. Cf. Henry Robert Petit, "Le drame maçonnique", Paris, 1936.

⁽³⁾ Por isso, tudo foi feito para derrubar o Czar e tudo será feito para derrubar o Papa... Mas as Portas do Inferno não prevalecerão contra a Igreja de Cristo, está escrito!...

⁽⁴⁾ Lenine foi um desses hipnotizadores. Leia-se em Henry Robert Petit, op. cit., o capítulo sobre o hipnotismo maçônico. É de estarrecer!

⁽⁵⁾ Grande número de maçons faz parte da Maçonaria ingenuamente, julgando tratar-se de uma associação de estudos ocultos ou de caridade. São verdadeiros títeres nas mãos dos iniciados, como estes o são na mão dos judeus ocultos no fundo indevassável do segredo. Basta, para convencer-se disso, ler: "Der Tempel der Freimaurer" ("O templo dos maçons"), do dr. K. Lerich: Eckert, "La Franco-Maçonnerie dans sa véritable signification", trad. Gyr, Liège, 1854; P. Deschamps, "Les sociétés secrètes", Paris, 1883; Créteineau Joly, "L'Eglise avant la Revolution"; Clavel, "Histoire pittoresque de la Franco-Maçonnerie", Paris, 1843; Kauffmann & Cherpin, "Histoire philosophique de la Franco-Maçonnerie", Lion, 1856; Schnab, "Os judeus e a maçonaria", Sumário dos arquivos israelitas para o ano de 5650 (1889-1890). Saint-André, "Franc-maçons et juifs", Paris, 1880; Copin-Albancelli, "La Franco-Maçonnerie, instrument de la juiverie"; Ab. Chabaudy, "Les juifs nos maitres", Paris, 1883; Schwartz. "Bostunitsch - Indischer Imperialismus" e as obras de Léon de Poncins.

Cf. "Varieté Israelite", 1865: "O espírito da maçonaria é o espírito do judaísmo nas suas crenças mais fundamentais". Isaac White, "The israelite", 1886: "A maçonaria é uma instituição judaica". Findel, maçom e judeu, "Die Iuden als Freimaurer" ("O judeu na maçonaria"): " O judaísmo se apresenta como o poder dominante a quem a maçonaria deve submeter-se". Bernard Lazare, "L'Antisémitisme", vol II, pág. 196: "houve judeus no próprio berço da franco-maçonaria, judeus cabalistas, como prova a conservação de certos ritos. Provavelmente, durante os anos que precederam a revolução francesa os judeus entraram em grande número nos conselhos dessa sociedade e eles próprios fundaram sociedades secretas".

Como queríamos demonstrar.

⁽⁶⁾ Que os maçons leiam isso, os maçons ainda não de todo corrompidos, que meditem na condenação da maçonaria, com excomunhão maior, por dez Papas, a qual não seria imposta pela Santa Sé levemente, e abjurem a seita que deles faz, contra suas pátrias, instrumentos cegos do judaísmo sem pátria!

A maçonaria é condenada pelo Evangelho em dois lugares: São João, III, 20 e 21: "Quem pratica o mal odeia a luz, com medo de que suas obras sejam observadas. Mas aquele que segue a verdade vem à luz, de modo que suas obras sejam manifestadas, porque elas são feitas em Deus"; Idem, XVIII, 20: "Falei publicamente ao mundo; sempre ensinei na sinagoga e no templo perante todos os judeus e nada disse em segredo". O padre d'Abelly, no seu "Traité des Herésies", de 1641, à pág. 48, diz que "a obrigação do segredo" sempre foi a marca distintiva dos heréticos. Clemente XII condenou a maçonaria pela encíclica "In Eminentí" de 28 de abril de 1738; Bento XIV, pela "Providas", de 18 de maio de 1751; Pio VII, pela "Eclesiam", de 13 setembro de 1821. Leão XII, pela Constituição Apostólica "Quo Graviora", de 13 de março de 1829; Pio VIII, pela encíclica "Traditti", de 14 de maio de 1829; Pio IX, pela Alocução Consistorial de 25 de setembro de 1865; Leão XIII, pela encíclica "Humanum Genus", de 20 de abril de 1884; Pio X, quando cardeal Sarto, dirigindo-se à mocidade italiana em 1896.

"A seita infame" a serviço do judaísmo está anatematizada pela Igreja e a nenhum católico é lícito penetrar pelos umbrais das lojas excomungadas.

⁽⁷⁾ Seria conveniente verificar no artigo de A. de Senger "L'Architecture en Péril", publicado pela "La Libre Parole", no folheto "L'Esprit Nouveau", em 1934, como o comunismo judaico arrasa tudo e tudo nivela. A casa que abrigava a família passa a ser "a máquina de morar". Todas as tradições de arte são banidas, menos a dos negros e a dos soviéticos, isto é, as bárbaras...

⁽⁸⁾ A *Agua Toffana* com que a maçonaria matava outrora ficou célebre. Lendo-se "Les morts mystérieuses", de Albert Monniot fica-se edificado. A documentação desse autor é irresponsável. A maior parte dos homens públicos que morrem subitamente foi tirada do caminho por aqueles a quem estava atrapalhando...

⁽⁹⁾ É possível negar esta evidência, cada vez maior?

⁽¹⁰⁾ Têm-se visto os exemplos desse castigo na Rússia bolchevizada e em mãos dos judeus.

⁽¹¹⁾ As forças morais são tão importantes que mesmo os que as negam e só admitem a força, como o autor ou autores dos "Protocolos", as invocam, fingindo que se baseiam no bem geral, a fim de justificar seus planos monstruosos!... A palavra de Roma já nos preveniu contra o engodo, como vimos anteriormente.

CAPÍTULO XVI

Resumo:

As universidades tornadas inofensivas. O classicismo substituído. A educação e a profissão. Propaganda da autoridade do "Governo" nas escolas. Abolição do ensino livre. As novas teorias. A independência do pensamento. O ensino pela imagem.

A FIM de destruir todas as forças coletivas, exceto as nossas, suprimiremos as universidades, primeira etapa do coletivismo, e fundaremos outras com um novo espírito. Seus reitores e professores serão preparados secretamente para a sua tarefa por meio de programas de ação secretos e minuciosos, dos quais se não poderão afastar uma linha. Serão nomeados com uma prudência muito especial e serão inteiramente dependentes do governo ⁽¹⁾.

Excluimos do ensino o direito cívico, assim como tudo o que concerne às questões políticas. Essas matérias serão ensinadas a algumas dezenas de pessoas, escolhidas por suas faculdades eminentes. As universidades não devem deixar sair de seus muros fedelhos que formem projetos de constituição, como se compusessem comédias ou tragédias, e que se ocupem de questões políticas que seus próprios pais nunca entenderam. O mau conhecimento que a maioria dos homens tem das questões políticas faz deles utopistas e maus cidadãos; podeis verificar o que a educação geral fez dos cristãos. Foi preciso que introduzíssemos em sua educação todos os princípios que tão brilhantemente enfraqueceram sua ordem social. Mas quando estivermos no poder, afastaremos da educação todas as matérias de ensino que possam causar perturbação e faremos da mocidade crianças obedientes às autoridades, amando quem os governa, como um apoio e uma esperança de tranquilidade e de paz.

Substituiremos o classicismo, assim como todo o estudo da história antiga, que apresenta mais maus exemplos do que bons, pelo estudo do programa do futuro. Riscaremos da memória dos homens todos os fatos dos séculos passados que não forem agradáveis, somente conservando dentre eles os que pintem os erros dos governos cristãos ⁽²⁾. A vida prática, a ordem social natural, as relações dos homens entre si, a obrigação de evitar os maus exemplos egoístas, que espalham a semente do mal e outras questões semelhantes de caráter pedagógico ficarão no primeiro plano do programa de ensino, diferente para cada profissão e que não generalizará o ensino sob pretexto algum. Esse modo de encarar a questão tem uma importância especial.

Cada classe social deve ser educada conforme o destino e a tarefa que lhes são próprias ⁽³⁾. Os gênios acidentais sempre souberam e sempre saberão infiltrar-se nas outras classes; porém deixar penetrar em classes estranhas gente sem valor, permitindo-lhe tomar os lugares que pertencem a essas classes pelo nascimento e pela profissão, por causa desses casos excepcionais, é rematada loucura. Sabeis bem como tudo isto acabou para os cristãos, que consentiram em tão berrante monstruosidade.

Para que o governo tenha o lugar que lhe compete nos corações e nos espíritos de seus súditos, é necessário, enquanto durar, ensinar na todo o povo, as escolas e na praça pública, qual qual a sua importância, quais os seus deveres e como sua atividade produz o bem do povo.

Aboliremos todo ensino livre ⁽⁴⁾. Os estudantes terão o direito de se reunirem a seus pais, como em clubes, nos estabelecimentos escolares: durante essas reuniões, nos dias de festa, os professores farão conferências, na aparência livres, sobre as relações dos homens entre si, sobre as leis da imitação, sobre as desgraças provocadas pela concorrência ilimitada, enfim sobre a filosofia das novas teorias, ainda ignoradas pelo mundo. Faremos dessas teorias um dogma e dele nos serviremos para conduzir os homens à nossa fé. Quando eu tiver terminado a exposição de nosso programa de ação no presente e no futuro, dir-vos-ei quais as bases dessas teorias.

Em uma palavra, sabendo pela experiência de muitos séculos que os homens vivem e se dirigem pelas idéias, que essas idéias somente são inculcadas aos homens pela educação, ministrada com êxito igual em todas as idades por processos diferentes, bem entendido, absorveremos e adotaremos, em nosso proveito, os derradeiros clarões da independência de pensamento, que de há muito já dirigimos para as matérias e idéias de que carecemos. O sistema de repressão do pensamento já está em vigor no método denominado ensino pela imagem, que deve transformar os cristãos em animais dóceis, que não pensam e esperam a representação das cousas e imagens, a fim de compreendê-las... ⁽⁵⁾ Na França, um de nossos melhores agentes, Burgeois, já proclamou o novo programa de educação pela imagem ⁽⁶⁾.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ Vimos no Brasil, como exemplo, a Universidade do Distrito Federal, fundada para fins dissolventes e judaicos. Seus mentores e professores foram preparados judaicamente no estrangeiro, a fim de imporem à mocidade carioca a orientação que lhes traçaram seus mestres. O fenômeno se tem repetido por toda a parte. Em S. Paulo, o judeu Roberto Simonsen, magnata dos grandes negócios de café, inaugura e orienta a Escola Livre de Sociologia e Política, onde vai instilando o sutil e perfumado veneno de suas teorias. V. "Diário de S. Paulo", 15 de abril de 1936.

⁽²⁾ A história com esse sentido mentiroso, falso e caluniador já vem sendo de longa data feita pelo judeu, que quer apagar a memória da experiência e dos feitos dos povos cristãos. Seu ideal é transformá-los em gado, e gado não tem história... "Substituiremos o classicismo", dizem os "Protocolos". Por que? Responde claramente o judeu Pierre Paraf, em

"Israel", 1931, pág. 162: "O classicismo marca evidente regresso à tradição católica".

⁽³⁾ Criação de compartimentos estanques e limitação da inteligência pela particularização.

⁽⁴⁾ O contrário do que pregam hoje. Ainda acima se citou uma escola livre do judeu Simonsen... É o cúmulo!...

⁽⁵⁾ Todo o sistema de educação é hoje conduzido no sentido prescrito nos "Protocolos". Os olhos, os ouvidos e as mãos aprendem maquinalmente, anulando-se pouco a pouco o trabalho do cérebro. O judeu Benjamin Cremieux ataca e critica isso no seu livro "Inquiétude et reconstruction". Há judeus com alguma consciência.

⁽⁶⁾ Nas traduções alemã (pág. 121), americana (pág. 56), polonesa e russa de 1920, aparece o nome de Bourgeois. Na Inglesa (pág. 63), está Bouscy. A verdadeira leitura, segundo os comentários do Monsenhor Jouin, é mesmo Bourgeois. "Os Protocolos", na verdade, referem-se a Léon Bourgeois, Presidente do Senado Francês e da Liga das nações. Ministro da Instrução Pública no Gabinete Brisson, em 1898, grande propugnador de iniciativas pedagógicas e do ensino leigo.

Sua ação pública combina com as finalidades dos "Protocolos".

CAPÍTULO XVII

Resumo:

O foro. A influência dos padres cristãos. A liberdade de consciência. O rei dos judeus, patriarca e papa. Meios de luta contra a Igreja atual. Problemas da imprensa contemporânea. Organização da polícia. A polícia voluntária. A espionagem pelo modelo da sociedade judaica. Os abusos do poder.

O FORO cria homens frios, cruéis, cabeçudos, sem princípios, que em todos os momentos, se colocam num terreno impessoal, puramente legal. Estão habituados a tudo empregar no interesse da defesa de seus clientes e não para o bem da sociedade. Geralmente, não recusam causa alguma, procurando obter absolvições a todo o preço, recorrendo às sutilezas da jurisprudência: assim, desmoralizam os tribunais. Permitindo essa profissão dentro de limites estritos, faremos de seus membros, para evitar aquele mal, funcionários executivos. Os advogados serão privados, assim como os juizes, do direito de comunicar com os demandistas; receberão as causas no tribunal, analisá-las-ão conforme os pareceres e os documentos dos autos, defenderão os clientes depois de seu interrogatório pelo tribunal, uma vez esclarecidos os fatos, e receberão honorários independentemente da qualidade do processo. Deste modo, teremos uma defesa honesta e imparcial, guiada não pelo interesse, mas pela convicção. Isto suprimirá, entre outras cousas, a atual corrupção dos assessores, que não consentirão mais em dar ganho de causa somente a quem paga.

Já tomamos as providências para desacreditar a classe dos padres cristãos, desorganizando, assim, sua missão, que, atualmente, poderia atrapalhar-nos bastante. Sua influência sobre os povos mingua dia a dia. Por toda a parte foi proclamada a liberdade de consciência. Por conseguinte, somente um número de anos nos separa ainda da completa ruína da religião cristã; acabaremos mais facilmente ainda com as outras religiões, porém ainda é muito cedo para falar disso. Poremos o clericalismo e os clericais num âmbito tão estreito que sua influência será nula em comparação à que outrora tiveram.

Quando chegar o momento de destruir definitivamente a corte papal, o dedo de uma mão invisível apontá-la-á aos povos. Mas, quando os povos se lançarem sobre ela, nós apareceremos como seus defensores, a fim de não permitir o derramamento de sangue. Com essa manobra, penetraremos no seio da praça e dela só sairemos quando a tivermos completamente arruinado ⁽¹⁾.

O rei dos judeus será o verdadeiro papa do universo, o patriarca da Igreja Internacional.

Mas, enquanto não tivermos educado a mocidade nas novas crenças de transição, depois na nossa, não tocaremos abertamente nas Igrejas existentes, sim lutaremos contra elas pela crítica, excitando as dissensões.

Em geral, nossa imprensa contemporânea desvendará os negócios do Estado, as religiões, a incapacidade dos cristãos e tudo isso em os termos mais desafortunados, a fim de desmoralizar de todas as maneiras, como só a nossa raça genial sabe fazê-lo ⁽²⁾.

Nosso regime será a apologia do reinado de Vichnú, que é seu símbolo, segurando cada uma de nossas cem mãos uma manivela da máquina social. Veremos tudo sem auxílio da polícia oficial, que, como nós a preparamos para os cristãos, impede hoje os governos de ver. No nosso programa, um terço dos súditos vigiará os outros por sentimento de dever, para servir voluntariamente ao Estado ⁽³⁾. Então, não será vergonhoso ser delator e espião; pelo contrário, será louvável; mas as delações infundadas serão cruelmente punidas, a fim de que não se abuse desse direito.

Nossos agentes serão escolhidos na alta sociedade, como também nas classes baixas, no seio da classe administrativa que se diverte, entre os editores, impressores, livreiros, caixeiros, operários, cocheiros e lacaios, etc...

Essa polícia, desprovida de direitos, não autorizada a agir por si, por conseguinte sem poderes, somente fará testemunhar e denunciar ⁽⁴⁾; a verificação de seus informes e as prisões mesmo serão executadas pelo corpo dos gendarmes e pela polícia municipal. Aquele que não tiver apresentado seu relatório sobre o que viu e ouviu em matéria de questões políticas será considerado culpado de fraude e cumplicidade, como se estivesse provado que houvesse cometido esses dois crimes.

Assim como hoje nossos irmãos são obrigados, sob sua própria responsabilidade, a denunciar à sua comunidade nossos renegados ou as pessoas que empreendam qualquer coisa contrária à nossa comunidade: assim, no nosso reino universal, será obrigatório para todos os nossos súditos servir, desta forma, o Estado.

Tal organização destruirá os abusos da força, da corrupção, tudo o que nossos conselhos e nossas teorias dos direitos sobrehumanos introduziram nos hábitos dos cristãos... Mas, como teríamos obtido de outro modo o crescimento das causas de desordem na sua administração? Por que outros meios?... Um dos mais importantes desses meios são os agentes encarregados de restabelecer a ordem. A estes será deixada a possibilidade de fazer ver e desenvolver seus maus instintos, inclinações e caprichos, abusando de seu poder, aceitando, enfim, gorjetas.

CAPÍTULO XVIII

Resumo:

Medidas de segurança. Vigilância dos conspiradores. Uma guarda aparente é a ruína do poder. A guarda do rei dos judeus. O prestígio místico do poder. Prisão à primeira suspeita.

QUANDO nos for necessário reforçar as medidas de proteção policial, que arruinam tão rapidamente o prestígio do poder, simularemos desordens, manifestações de descontentamento expressas por bons oradores. Juntar-se-ão a eles pessoas que alimentem os mesmos sentimentos. Isto nos servirá de pretexto para autorizar buscas e vigilâncias, cujos agentes serão os servidores que tivermos no seio da polícia dos cristãos.

Como a maioria dos conspiradores trabalha por amor à arte, por amor do palavrório, não os incomodaremos antes que obrem de qualquer maneira; contentar-nos-emos em introduzir no seu meio elementos de vigilância... É preciso não esquecer que o prestígio do poder decresce, se somente descobre conspirações contra ele próprio: isto implica a confissão de sua impotência ou, o que é pior, da injustiça de sua própria causa ⁽¹⁾.

Sabeis que destruímos o prestígio das pessoas reinantes dos cristãos pelos frequentes atentados organizados por nossos agentes, carneiros cegos de nosso rebanho; é fácil, por meio de algumas frases liberais, impelir ao crime, desde que tenha uma cor política. Forçaremos os governantes a reconhecer sua impotência por medidas de segurança claras que tomarão e, assim, arruinaremos o prestígio do poder.

Ao contrário, nosso governo será guardado por uma guarda quase imperceptível, porque não admitiremos, nem por pensamento, que possa existir contra ele uma facção contra a qual não esteja em estado de lutar e seja obrigado a se esconder ⁽³⁾.

Se admitíssemos esse pensamento, como o faziam e ainda fazem os cristãos, assinaríamos uma sentença de morte; senão a do soberano mesmo, pelo menos o de sua dinastia em futuro próximo.

Segundo as aparências severamente observadas, nosso governo só usará de seu poder para o bem, nunca para suas vantagens pessoais ou dinásticas. Por isso, observando esse decoro, seu poder será respeitado e salvaguardado por seus próprios súditos. Adorá-lo-ão com a idéia de que cada cidadão dele depende, porque dele dependerá a ordem social...

Guardar o rei abertamente é reconhecer a fraqueza da organização governamental.

Nosso rei, quando estiver no meio de seu povo, estará sempre rodeado por uma multidão de homens e mulheres que serão tomados como curiosos e ocuparão os lugares mais próximos a ele ⁽⁴⁾, como por acaso, os quais conterão as fileiras dos outros, fazendo respeitar a ordem. Isso será um exemplo de moderação. Se houver no povo um solicitador que procure apresentar uma súplica, abrindo passagem através dos grupos, as primeiras fileiras devem aceitar essa súplica e entregá-la ao rei aos olhos do suplicante, a fim de que todos saibam que o que se apresenta chega ao seu destino e que há, por conseguinte, um controle do próprio rei. A auréola do poder exige que o povo possa dizer: "Se o rei soubesse" ou "Se o rei soubesse" ⁽⁵⁾.

Com a instituição da guarda oficial desaparece o prestígio místico do poder; todo homem dotado de certa audácia julga-se dono desse poder, o faccioso conhece sua força e espreita a ocasião de cometer um atentado contra esse poder. Pregamos outra coisa aos cristãos e vimos aonde tem conduzido as medidas abertas de segurança!

Prenderemos os criminosos à primeira suspeita mais ou menos fundada: o receio de cometer um erro não pode ser uma razão para permitir a escápula aos indivíduos suspeitos de delito ou crime político, para os quais seremos verdadeiramente sem piedade. Se se pode ainda, forçando um pouco ao sentido das coisas, admitir o exame dos motivos nos crimes comuns, não há desculpa para as pessoas que se ocupem com questões que ninguém, salvo o governo, pode compreender.

Mesmo todos os governos não são capazes de compreender a verdadeira política.

CAPÍTULO XIX

Resumo:

O direito de apresentar súplicas e projetos. As facções. Os crimes políticos julgados nos tribunais. A propaganda dos crimes políticos.

SE NÃO admitimos que cada um se ocupe de política diretamente, estimularemos, em compensação, todo relatório e toda petição que solicite do governo medidas a bem do povo: isso nos permitirá ver os erros e fantasias de nossos súditos, aos quais responderemos pela execução do projeto em questão ou por uma recusa sensata, que demonstrará a pouca inteligência de seu autor.

As facções não passam dum cachorrinho latindo contra um elefante. Para um governo bem organizado, não do ponto de vista policial, mas social, o cãozinho ladra contra o elefante, porque não conhece seu lugar nem seu valor. Basta demonstrar por um bom exemplo ⁽¹⁾ a importância de um e de outro para que os cãesinhos deixem de latir e se ponham a festejar com a cauda logo que avistem o elefante.

Para tirar o prestígio da bravura ao crime político, nós o poremos no mesmo banco dos réus do roubo, do homicídio e de todos os crimes abomináveis e vis. Então, a opinião pública confundirá, no seu modo de pensar, essa categoria de crimes com a ignomínia de todos os outros, cobrindo-a com o mesmo desprezo. Nós nos propusemos, e espero que tenhamos alcançado isso, impedir os cristãos de combater as facções políticas dessa maneira ⁽²⁾.

Com esse fim, pela imprensa, nos discursos públicos, nos manuais de história, fizemos a propaganda do martírio, na aparência aceito pelos facciosos para o bem comum. Essa propaganda aumentou os contingentes dos liberais e atraiu milhares de cristãos ao nosso rebanho.

Notas e Comentários:

⁽¹⁾ A força, a violência, a mão de ferro, imposta por esse poder oculto que os ingleses denominam *hidde hand*, a mão secreta...

⁽²⁾ Entretanto, hoje, o judaísmo, através de sua imprensa, no mundo inteiro prestigia o crime político e faz campanha em favor dos criminosos políticos. Não esquecer o clamor em torno de Sacco e Vanzetti, a propaganda contra a condenação dos assassinos comunistas das Astúrias, o barulho que se fez no Brasil em prol da pequena aventureira judia Geny Gleizer. Toda essa encenação combina perfeitamente com os Protocolos.

Nas antigas sociedades cristãs, o crime político era abominável, sobretudo o regicídio. Foi o espírito judaico que transformou a opinião cristã, a fim de poder agir à vontade contra o trono e o altar.

CAPÍTULO XX

Resumo:

O programa financeiro. O imposto progressivo. Percepção progressiva em selos. Caixa de fundos em valores-papel e estagnação do dinheiro. Tribunal de contas. Abolição da representação. Estagnação dos capitais. Emissão de dinheiro. O câmbio do ouro. O câmbio do custo do trabalho. O orçamento. Os empréstimos do Estado. A série de títulos ao juro de 1%. As ações industriais. Os governantes dos cristãos: os favoritos; os agentes dos franco-maçons.

FALAREMOS agora sobre o programa financeiro que reservei para o fim de meu relatório como o ponto mais difícil, culminante e decisivo de nossos planos. Abordando-o, lembrar-vos-ei que já vos disse, em forma de alusão, que a soma de nossos atos se resume em uma questão de cifras ⁽¹⁾.

Quando nosso reinado chegar, nosso governo absoluto evitará, para sua própria defesa, sobrecarregar muito as massas populares de impostos, não esquecendo seu papel de pai e protetor. Mas, como a organização governamental custa caro, é preciso, entretanto, obter os meios necessários para isso. Por isso devemos preparar cuidadosamente o equilíbrio financeiro.

No nosso governo, o rei possuirá a ficção legal da propriedade legal de tudo o que houver no Estado, o que é fácil de realizar; poderá, portanto, recorrer ao confisco legal de todas as somas em dinheiro que julgar necessárias para regular a circulação de capitais no Estado ⁽²⁾. Vê-se por aí que a taxação deve consistir principalmente num imposto progressivo sobre a propriedade. Desse modo, os impostos serão percebidos, sem agravo e sem ruína, numa proporção de percentagem relativa à posse. Os ricos devem compreender que seu dever é por uma parte de seu supérfluo à disposição do Estado, porque este lhes garante a segurança do resto e o direito de um ganho honesto, digo honesto, porque o controle da propriedade acabará com toda a pilhagem legal.

Essa reforma social deve vir de cima, porque seu tempo chegou e é necessário como um penhor de paz. O imposto sobre os pobres é uma semente de revolução e é prejudicial ao Estado, que perde grande lucro correndo atrás de pequenos proveitos ⁽³⁾. Independentemente disso, o imposto sobre os capitalistas diminuirá o crescimento das riquezas das pessoas privadas, em cujas mãos nós a concentramos atualmente para contrabalançar a força governamental dos cristãos, isto é, as finanças do Estado.

Um imposto progressivo dará muito mais forte renda do que o imposto proporcional de hoje, que só nos é útil para excitar agitações e descontentamentos entre os cristãos ⁽⁴⁾.

A força sobre que nosso rei se apoiará será o equilíbrio e a garantia de paz. É necessário que os capitalistas sacrifiquem pequena parte de seus rendimentos para assegurar o funcionamento da máquina governamental. As necessidades do Estado devem ser pagas por aqueles a quem suas riquezas permitam fazer isso sem sacrifício ⁽⁵⁾.

Tal medida destruirá o ódio do pobre contra o rico, no qual aquele verá uma força financeira útil ao Estado, sustentáculo da paz e da prosperidade, pois que é o rico quem provê aos recursos necessários para a obtenção desses bens. Para que os pagadores das classes inteligentes não se entristeçam demasiado com esses novos pagamentos, ser-lhes-ão entregues prestações de contas do destino dessas quantias, excetuando-se, bem entendido, as somas que forem aplicadas às necessidades do trono e das instituições administrativas.

A pessoa reinante não possuirá propriedade pessoal, porque tudo o que exista no Estado é dela, senão uma coisa contradiria a outra: os recursos pessoais anulariam o direito de propriedade sobre as posses de todos. Os parentes da pessoa reinante, exceto seus herdeiros, que são igualmente mantidos à custa do Estado, devem se colocar nas fileiras dos servidores do Estado ou trabalhar para adquirir o direito de propriedade: o privilégio de pertencer à família real não deve servir de pretexto para pilhar o Tesouro.

A compra duma propriedade, a aceitação duma herança serão taxadas com um imposto de selo progressivo. A transmissão duma propriedade em dinheiro ou de outra forma, não declarada nesse imposto de selo, necessariamente nominal, será gravada com uma taxa de tanto por cento por conta do antigo proprietário, da data da transferência até o dia em que a fraude for descoberta. Os títulos de transferência deverão ser apresentados todas as semanas ao Tesouro local, com a designação do nome próprio, do de família e do domicílio do antigo e do novo proprietários. Esse registro só será obrigatório a partir duma quantia fixa que exceda os preços comuns de compra e venda do necessário, sendo os outros passíveis unicamente dum imposto em selo bastante mínimo, para cada unidade.

Calculai quanto esses impostos farão exceder a nossa renda sobre a dos Estados cristãos. A caixa de fundos do Estado deverá conter certo capital de reserva, devendo tudo o que exceder a esse capital ser posto em circulação. Organizar-se-ão com essas reservas públicas. A iniciativa desses trabalhos resultando dos recursos do Estado ligará fortemente a classe operária aos interesses do Estado e às pessoas reinantes. Parte dessas somas será atribuída a prêmios para invenções e à produção.

De modo algum é preciso, fora das somas fixadas e largamente contadas, reter, mesmo que seja uma simples unidade, nas caixas do Estado, porque o dinheiro é feito para circular e toda a estagnação de dinheiro tem pernicioso

repercussão sobre o funcionamento do mecanismo do Estado, cujas engrenagens ele deve azeitar: a falta de óleo pode parar a marcha regular da máquina ⁽⁶⁾.

A substituição duma parte do dinheiro por valores em papel justamente produziu essa estagnação. As consequências de tal fato já são suficientemente sensíveis.

Teremos também um Tribunal de Contas e o governante encontrará em todo o tempo nele uma prestação completa de contas, com as receitas e despesas do Estado, excetuando-se as contas do mês ainda não terminado e do mês anterior ainda não entregue.

O único indivíduo que não tem interesse em pilhar as caixas do Estado é seu proprietário, o governante ⁽⁸⁾. Por isso, seu controle tornará impossíveis os prejuízos e os desperdícios. A representação, que toma precioso tempo ao governo com as recepções exigidas pela etiqueta, será suprimida, a fim de que ele tenha tempo de controlar e de refletir. Seu poder não ficará mais à mercê dos favoritos que rodeiam o trono para lhe dar brilho e pompa, porém que não defendem os interesses do Estado e sim os próprios.

As crises econômicas tem sido produzidas por nós entre os cristãos, com o único fim de retirar dinheiro de circulação. Capitais enormes ficaram estagnados, retirando dinheiro dos Estados, que foram obrigados a recorrer a esses mesmos capitais, a fim de ter dinheiro. Esses empréstimos sobrecarregaram as finanças dos Estados com o pagamento de juros, escravizando-os ao capital ⁽⁹⁾. A concentração da indústria nas mãos dos capitalistas que mataram a pequena indústria, absorveu todas as forças do povo, e, ao mesmo tempo, as do Estado... ⁽¹⁰⁾

A atual emissão de dinheiro em geral não corresponde à cifra do consumo por cabeça, e, por conseguinte, não pode satisfazer todas as necessidades dos trabalhadores. A emissão de dinheiro deve estar em relação com o crescimento da população, no qual devem ser computadas as crianças, porque consomem e gastam desde que nascem ⁽¹¹⁾.

A revisão da cunhagem das moedas é uma questão essencial para o mundo inteiro. Sabeis que o câmbio ouro foi pernicioso para os Estados que o adotaram, porque não pode satisfazer o consumo de dinheiro, tanto mais que retiramos da circulação a maior quantidade de ouro possível. ⁽¹²⁾

Devemos criar uma moeda baseada sobre o trabalho, seja de papel ou de madeira. Faremos uma emissão de dinheiro de acordo com as necessidades normais de cada súdito, aumentando-a conforme os nascimentos e as mortes.

Cada departamento, cada distrito terá suas estatísticas para esse efeito. A fim de que não haja demora na entrega de dinheiro para as necessidades do Estado, as quantias e as datas de sua entrega serão fixadas por um decreto do governo. Assim, será destruído o protetorado do ministério das Finanças, que não poderá favorecer uma região em detrimento de outras.

Apresentaremos essas reformas que projetamos fazer de modo a não alarmar ninguém. Mostraremos a necessidade das reformas em consequência do caos a que chegaram as desordens financeiras dos cristãos. A primeira desordem, diremos, consistiu em decretar um simples orçamento que cresce todos os anos pela seguinte razão: vai-se com esse orçamento até o meio do ano; depois pedem-se créditos suplementares que se gastam em três meses; depois novos créditos suplementares, e tudo acaba por uma liquidação. E, como o orçamento do ano seguinte é calcado sobre o total do orçamento geral, a diferença anual normal é de 50% e o orçamento anual triplica de dez em dez anos. Graças a tais processos, aceitos pelo descuido dos Estados Cristãos, suas caixas estão sempre vazias. Os empréstimos que vieram em consequência devoraram os restos e levaram todas as nações a bancarrota.

Todo empréstimo demonstra fraqueza do Estado e incompreensão dos direitos do Estado. Os empréstimos, como a espada de Dâmocles, estão suspensos sobre a cabeça dos governantes que, em lugar de tomar aquilo de que necessitavam aos seus súditos por meio dum imposto temporário, estendem a mão, pedindo esmola aos nossos banqueiros. Os empréstimos externos são sanguessugas que, em caso algum, se podem arrancar do corpo do Estado, salvo se o largarem por si ou se ele as extirpar radicalmente. Mas os Estados cristãos não os arrancam e continuam a por outros, embora tenham de perecer com essa sangria voluntária ⁽¹⁴⁾.

Na realidade, o que é o empréstimo senão isso, sobretudo o empréstimo externo? O empréstimo é uma emissão de letras de câmbio do governo, contendo uma obrigação a certa taxa de juros, proporcional ao total do capital empregado. Se o empréstimo for taxado em 5%, em vinte anos o Estado terá pago, sem utilidade alguma, tanto de juros quanto o capital, em quarenta anos o dobro da dívida, em sessenta o triplo e a dívida sempre por pagar.

Vê-se assim, que, sob a forma de imposto individual, o Estado toma os últimos centavos dos pobres contribuintes para pagar aos ricos estrangeiros, aos quais tomou dinheiro emprestado, ao invés de ajuntar suas riquezas para prover suas necessidades, sem o peso dos juros.

Enquanto os empréstimos foram internos, os cristãos somente transferiam o dinheiro do bolso dos pobres para o dos ricos. Mas, quando nós compramos as pessoas necessárias para transportar os empréstimos para o estrangeiro, todas as riquezas dos Estados passaram para nossas caixas e todos os cristãos começaram a pagar um tributo de sujeição. Se a leviandade dos governos cristãos, no que concerne aos negócios de Estado, se a corrupção dos ministros ou a falta de inteligência financeira dos outros governantes sobrecarregaram seus países de dívidas que não podem reembolsar, é preciso que saibais que isso nos custou muito dinheiro e esforço!...

Não permitiremos a estagnação do dinheiro. Por isso, não consentiremos que haja apólices do Estado, excetuando-se uma série a 1%, a fim de que os juros não entreguem a força do Estado à sucção das sanguessugas. O direito de emitir títulos ficará unicamente reservado às companhias industriais, que não farão grande sacrifício, pagando juros com seus lucros, enquanto que o Estado não retira do dinheiro que toma emprestado o menor lucro, pois que o gasta e não realiza com ele operações frutuosas ⁽¹⁶⁾.

As ações industriais serão adquiridas pelo próprio governo, que, de tributário de impostos, como é agora, se transformará em prestador por cálculo. Tal medida fará cessar a estagnação de dinheiro, o parasitismo e a imprensa, que nos eram úteis quando os cristãos viviam independentes, mas que são indesejáveis no nosso regime.

Como é evidente a falta de reflexão puramente animal dos cérebros cristãos! Eles nos pediam dinheiro emprestado com juros, sem refletir que precisariam tomar esse mesmo dinheiro, acrescido de juros, nas arcas do Estado, para nos pagar! Que de mais simples do que ir buscar o dinheiro de que precisavam no bolso dos contribuintes?

Isso prova a superioridade geral de nosso espírito, que soube apresentar-lhes a questão dos empréstimos de tal forma que nela somente viram vantagens para eles ⁽¹⁷⁾.

Os cálculos que apresentamos, esclarecidos, quando for oportuno, pela luz das experiências seculares, cuja matéria nos foi fornecida pelos Estados cristãos, distinguir-se-ão por sua clareza e segurança, mostrando a todos, evidentemente, a utilidade de nossas inovações. Acabarão com os abusos, graças aos quais temos os cristãos em nosso poder, mas sem admiti-los no nosso reino ⁽¹⁸⁾.

Estabeleceremos tão bem nosso sistema de contas que, nem o governante, nem o mais ínfimo funcionário poderão desviar a menor soma de seu destino sem que isso seja notado. Também não lhe poderão dar outro destino fora do indicado, de uma vez por todas, dentro de nosso plano de ação.

Não é possível governar sem um plano definido. Os próprios heróis que seguem um rumo certo, porém sem reservas determinadas, perecem a meio caminho. Os chefes cristãos, a quem outrora aconselhamos que se distraíssem dos cuidados do Estado com recepções representativas, com o protocolo dos divertimentos, não passavam de biombos de nosso governo oculto. As prestações de contas dos favoritos que os substituíam à frente dos negócios públicos eram feitas para eles pelos nossos agentes e satisfiziam todas as vezes os espíritos clarividentes com as promessas de futuras melhoras e economias... Que economias?... Novos empréstimos?... Poderiam perguntar isso e não perguntavam aqueles que liam nossas prestações de contas e nossos projetos... Sabeis a que ponto os levou esse pouco caso, a que desordem financeira chegaram, a despeito da admirável atividade de seus povos.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ Na opinião dum técnico, Jules Sevrin, Secretário do Congresso Monetário Internacional, no seu trabalho "La tyrannie de l'or et les juifs qui l'accaparent", o domínio judaico sobre o ouro é que lhe dá a força para conquistar o mundo. De longa data, através dos centenários, os judeus vinham amontoando o ouro; mas o grande açambarcamento do precioso metal data, em verdade, de 1816, logo após a queda de Napoleão, quando o judeu Lord Liverpool propõe ao Parlamento Britânico e consegue que seja aprovada a lei do padrão-ouro para as *dívidas internacionais*. Depois disso, Jules Sevrin estuda minuciosamente como, através da política monetária judaico-britânica e das lições dos economistas alugados a Israel, o ouro subiu de valor e serviu ao judaísmo para predominar mundialmente. Citemos um trecho do livro que elucida o caso: "O câmbio das moedas foi transferido para a bolsa de Londres (depois de 1873) e lá variou de nação a nação e de dia a dia. Logo, a Inglaterra conseguiu a adesão da Holanda e dos Estados Unidos ao padrão-ouro único para as dívidas internacionais. Em 1878, Léon Say, na renovação da convenção monetária com a Itália, a Suíça, a Bélgica e a Grécia, proibia a cunhagem em prata, portanto, a circulação, para o pagamento a potências estrangeiras. Sendo a prata recusada por oito grandes nações, foi por água abaixo; e as nações que só tinham prata viram suas dívidas dobradas, triplicadas e quadruplicadas, conforme a moeda baixava ou se esgotava. Mas, como sempre valia nos países onde era cunhada, servia para comprar ouro, pelo mesmo preço, o duplo ou o triplo de mercadorias, as quais, revendidas em ouro às grandes nações, edificaram primeiro as grandes potências mundiais e, finalmente, provocaram baixas de preços formidáveis a todas em todas as potências. A prata baixa, diziam; mas a prata não baixara. O ouro só é, que muito procurado e açambarcado, subia. Os Index Numbers do sr. Shauerbeck, de Londres, demonstravam que a prata continuava ao par com as mercadorias. E era o ouro que subia, conforme confessava a *Gold and Silver Commission*..."

⁽²⁾ É o que os reis Lenin e Stalin, pseudônimos da tribo judaica Kaganovitch, isto é, os filhos de Cohen, têm feito na Rússia infeliz...

⁽³⁾ Por isso os *paus mandados* do judaísmo e da maçonaria, às vezes inconscientemente, no legislativo e no executivo, não fazem outra coisa senão aumentar impostos. Essa tem sido a regra geral dos pecos financistas liberais. Vê-se aqui a quem aproveita.

⁽⁴⁾ Confere e concorda em gênero, número e caso...

⁽⁵⁾ Assim era no Estado Corporativo Cristão; assim é no Estado Corporativo Moderno. Os judeus, entretanto, combateram aquele e combatem este...

⁽⁶⁾ Todavia, todo o trabalho dos economistas e financistas inspirados por Israel é contrariar essa regra tão sábia. Todos os pretextos são bons para diminuir o numerário em circulação e, às vezes, como no Brasil, o diminuem de tal forma que o dinheiro falso se derrama no país e corre normalmente, tal a falta de troco no interior...

⁽⁷⁾ Refere-se à imobilização de somas imensas em apólices e títulos de renda, que enchem os cofres dos bancos e não passam de capitais estagnados e parasitários. Vá alguém lembrar-se de aventar a troca dessa papelada que rende juros por dinheiro corrente e os banqueiros, os economistas, os financistas porão mãos à cabeça. Que enormidade! É com esses e outros preconceitos que vão fazendo, contra os povos, o joguinho de Israel...

⁽⁸⁾ V. Antonio Sardinha, "Ao ritmo da ampulheta": é esse o conceito que o grande sociólogo lusitano faz do rei cristão: o pastor que cuida bem do seu rebanho. A voz do povo reconhecia isso quando pedia socorro: "Aqui d'El-Rei!". O Rei era o protetor nato da sua grei. Por isso o judaísmo destruiu os reis. Mas quer impor um dia o Rei de Israel e a esse dá o que tirou ao Rei cristão. Está conforme...

⁽⁹⁾ Calixto de Wolski, "La Russie Juive", edição de Albert Savine, Paris, 1887. Nesse formidável e documentadíssimo livro sobre os judeus, publicado quase vinte anos antes dos "Protocolos", lê-se isto à pág. 25: "A Europa está enfeudada ao domínio de Israel. O judeu gravou todos os Estados com uma nova hipoteca que eles jamais poderão pagar com suas rendas (!). O domínio universal que tantos conquistadores sonharam está nas mãos dos judeus. O Deus da Judéia cumpriu a palavra dada aos profetas. Jerusalém impôs tributo aos Impérios. A melhor parte da renda pública de todos os Estados, o produto mais direto do trabalho de todos passa para a bolsa dos judeus sob o nome de juros da dívida nacional".

Leia-se o livro "Brasil - Colônia de banqueiros", do comentador destas notas, e se verá como esse quadro é verdadeiro em relação ao nosso pobre país.

⁽¹⁰⁾ Como os "Protocolos" previram essa concentração industrial verificada por todos os especialistas modernos no assunto. Dom de adivinhação ou plano bem elaborado?... O leitor escolha a solução que melhor lhe convier...

⁽¹¹⁾ No Brasil, por exemplo: três milhões de contos para quarenta e dois milhões de habitantes. A questão foi estudada em "Brasil - Colônia de banqueiros". O mundo inteiro sofre da falta de circulação de dinheiro, enquanto que os grandes bancos de Nova York, Paris, Londres e Amsterdam estão abarrotados de ouro. E o ouro, como não tem o que fazer, viaja...

⁽¹²⁾ É o que acabou de citar acima Jules Sevrin.

⁽¹³⁾ O que aí se pinta é ou não o que se passa na realidade? Que hidde hand, que mão secreta, que mão oculta manobra tudo isso? (época da crise mundial)

⁽¹⁴⁾ É a maior crítica feita ao delírio dos empréstimos com que o judaísmo envenenou as nações. Partindo de quem parte, devemos aceitá-la. Pelos empréstimos, realizados através dos bancos judaicos - como escrevia Dostoiowski, membro da loja maçônica "Luiz Sinarro", segundo o "Boletim del Gran Oriente Español", de 10 de outubro de 1912, os judeus "são agora donos de tudo, na Europa, da instrução, da civilização, do socialismo, sobretudo do socialismo, por meio do qual arrancarão o cristianismo e a civilização".

Quem diz empréstimo diz escravização.

⁽¹⁵⁾ Vide "Brasil - Colônia de banqueiros"

⁽¹⁶⁾ Entretanto, todos os financistas atualmente inspirados por Israel dizem o contrário e fomentam a corrida às emissões de apólices até com sorteios, transformadas em verdadeiras loterias, como as de vários Estados do Brasil. Os estadistas goyim tem muito talento...

⁽¹⁷⁾ Por isso diz o código de leis judaicas "Schulan Aruch", no *lore-dea*, 159,1, tirado do tratado "Baka Metzio", do Talmud, 70: "É proibido emprestar dinheiro a um judeu com juros pesado, mas é permitido emprestar dinheiro a um *akum* ou a um judeu convertido em *akum*, exigindo juros de usura. Porque a Escritura diz: ajudarás o teu irmão a viver. Mas o *akum* não é teu irmão".

O que é o *akum*? É o gentio, o impuro, o goi, o cristão. *Akum* é a abreviação das palavras hebraicas: *aboda Kohabin umazzaliot*, isto é, o adorador dos astros, o infiel. Conforme diz o Rabino Kalisch, "Commentaires au Schoulan Arouch". O cristão é chamado de várias formas pelos judeus: *goi* e o plural *goyim*, cuja significação já vimos; *akum*, que acabamos de ver; *abodazara*, como escrevia o célebre rabino Maimônedes, isto é, os pagãos; *minim*, segundo o rabino talmudista Meir, que quer dizer os heréticos; *nochri*, os nazarenos, conforme o tratado "Aboda Zara", sobre as religiões estrangeiras, 6, a . *kutim*, ou samaritanos; enfim, *amme haaretz koalam* ou *itan kaaretz*, a turba, a plebe, a gente da terra...

⁽¹⁸⁾ Naturalmente. Porque a nação judaica é distinta das outras. "Por cima das fronteiras - afirmou o judeu Goldman, um dos organizadores do último Congresso Judaico Universal - nós formamos uma única nação". O judeu Luiz D. Brandeis, membro da Suprema Corte de Justiça dos Estados Unidos, escreve: "Reconheçamos que, nós, judeus, somos uma nação distinta, da qual cada judeu é necessariamente membro, sejam quais forem seus países de origem, sua posição ou sua crença". Na "Jewish Cronicle" (Crônica judaica) de 8 de outubro de 1911, se lê este pedacinho de ouro:

"Os judeus que pretendem ser ingleses, franceses ou americanos patriotas e bons judeus não passam de mentiras vivas. O patriotismo inglês, francês ou americano do judeu é um simples disfarce que adota para agradar aos habitantes do país". No "Jewish World" (O Mundo judaico), de 22 de outubro de 1915, este outro: "Ninguém se lembraria de pretender que o filho de um japonês ou dum hindú seja inglês só porque nasceu na Inglaterra; o mesmo raciocínio se aplica aos judeus". Ainda outro artigo no mesmo jornal judaico de 14 de dezembro de 1922: "O judeu continua judeu mesmo mudando de religião; um cristão que se convertesse à religião judaica não se tornaria judeu, porque a qualidade de judeu não depende da religião, mas da raça e um judeu livre-pensador ou ateu continua tão judeu quanto qualquer rabino". E afinal, as palavras do judeu Felix Allouche, no "Réveil Juif" (O despertar do judeu), de 27 de novembro de 1931: "O povo judeu forma um povo só por maior que seja o número de seus pedaços espalhados pelo mundo e a distância que os separe".

CAPÍTULO XXI

Resumo:

Os empréstimos internos. O passivo e os impostos. As conversões. As caixas econômicas e a renda. Supressão da bolsa de fundos públicos. Taxação dos valores industriais.

ACRESCENTAREI ao que já vos expús na reunião anterior uma explicação minunciosa dos empréstimos internos. Sobre os externos, nada mais direi, porque eles abarrotaram nossas burras com o dinheiro nacional dos cristãos (Citicorp, Salomon Brothers, Safra, etc..), mas para o nosso Estado não haverá mais nada estrangeiro, porque não haverá exterior. Aproveitamos a corrupção dos administradores e a negligência dos governantes para receber somas duplas, triplas e ainda mais fortes, emprestando ao governo dos cristãos dinheiro que não era absolutamente necessário as nações. Quem poderia fazer a mesma coisa contra nós?... Por isso, somente exporei com pormenores os empréstimos internos.

Quando lançam um empréstimo, os Estados abrem uma subscrição para a compra dos títulos. A fim de que estes sejam acessíveis a todos, criam bônus de até cem mil; ao mesmo tempo, fazem um abatimento para os primeiros subscritores. No dia seguinte, há uma alta de preço artificial, com o pretexto de que toda gente os procura. Alguns dias depois, as arcas do Tesouro, segundo dizem, estão cheias e já se não sabe mais onde por dinheiro (então, por que continuam a tomá-lo?). A subscrição excede várias vezes a emissão do empréstimo: tal é a confiança que se tem nas letras de câmbio do governo.

Representada a comédia, fica-se em presença dum passivo que se acaba de formar, dum passivo muito pesado. Para pagar os juros, é necessário recorrer a novos empréstimos que não absorvem, mas aumentam a dívida principal. Esgotando o crédito, torna-se preciso cobrir, não somente o empréstimo, mas ainda os seus juros, com novos impostos, os quais não passam dum passivo para cobrir o passivo...

Mais tarde, vem o tempo das conversões, que somente diminuem o pagamento de juros e não cobrem as dívidas, as quais só poderão ser feitas de então por diante com o consentimento dos emprestadores: anunciando-se uma conversão, oferece-se a restituição do dinheiro aos que não queiram converter seus títulos. Se todos exprimissem o desejo de retomar o seu dinheiro, os governos estariam presos na sua própria armadilha e se encontrariam na impossibilidade de pagar o dinheiro que oferecem. Felizmente, os súditos dos governos cristãos, pouco versados em matéria de finanças, sempre preferiram prejuízos no valor dos títulos e diminuições de juros ao risco de novas colocações de capital, dando assim, aos governos a possibilidade de se desfazerem dum passivo de muitos milhões ⁽¹⁾.

Agora, com as dívidas externas, os cristãos nem pensam em fazer nada semelhante, porque sabem que reclamaríamos todo o nosso dinheiro.

Desta forma, uma bancarrota reconhecida demonstrará definitivamente às nações a ausência de ligação entre os interesses dos povos e os de seus governos.

Chamo toda a vossa atenção sobre esse fato e sobre o seguinte: hoje, todos os empréstimos internos estão consolidados pelas dívidas que se denominam flutuantes, isto é, pelas dívidas, cujos vencimentos são mais ou menos próximos. Essas dívidas são constituídas pelo dinheiro depositado nas caixas econômicas e nas caixas de reserva. Como esses fundos permanecem muito tempo em mãos do governo, se evaporam para pagar os juros dos empréstimos externos e em seu lugar se colocam somas equivalentes em depósitos de renda.

São estes últimos que tapam todos os buracos dos cofres dos Estados, entre os cristãos.

Quando subirmos ao trono do mundo, todos esses truques de finanças serão abolidos sem deixar vestígios, porque não corresponderão mais aos nossos interesses; suprimiremos igualmente todas as bolsas de fundos públicos, porque não admitiremos que o prestígio do nosso poder seja abalado pela variação de preço de nossos títulos. Uma lei declarará seu valor completo, sem flutuação possível, porque a alta dá lugar a baixa; foi, assim, que, no início de nosso plano jogamos com os valores dos cristãos.

Substituiremos as Bolsas por grandes estabelecimentos de crédito especial, cujo destino será taxar os valores industriais de acordo com as vistas do governo. Esses estabelecimentos estarão em situação de lançar até quinhentos milhões de ações industriais em um dia. Dessa maneira, todas as empresas industriais dependerão de nós. Podereis imaginar que poder adquiriremos assim.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ Esta crítica ao sistema de empréstimos internos feita pelos seus inventores e beneficiários merece ser meditada pelas vítimas... O fim do judaísmo é cumprir o preceito do "Schulan Aruch", lore dea, 146,14, proveniente do Talmud, aboda Zara, 46: "É bom que o judeu procure destruir os templos dos akum e tudo o que lhes pertence ou foi feito por eles, queimando tudo e espalhando as cinzas ao vento".

CAPÍTULO XXII

Resumo:

O segredo do futuro. O mal secular base do bem futuro. A auréola do poder e sua adoração mística.

EM TUDO o que vos expús até aqui, esforcei-me em mostrar o segredo dos acontecimentos passados e presentes, que anunciam um futuro já próximo de sua realização. Mostrei-vos o segredo de nossas relações com os cristãos e de nossas operações financeiras. Resta-me pouca coisa ainda a dizer sobre esse assunto.

Possuímos a maior força moderna, o Ouro: podemos em dois dias retirá-lo de nossos depósitos na quantidade que nos apeteecer.

Devemos ainda demonstrar que nosso governo foi predestinado por Deus? Não provaremos com essa riqueza que todo o mal que nós fomos obrigados a fazer durante tantos séculos serviu, afinal, para o verdadeiro bem, para por tudo em ordem?⁽¹⁾

Ei-la a confusão das noções do bem e do mal. A ordem será reestabelecida, um tanto pela violência, mas enfim será reestabelecida. Saberemos provar que somos benfeitores, nós, que à Terra atormentada restituímos o verdadeiro bem, a liberdade do indivíduo, que poderá gozar repouso, paz e dignidade de relações, com a condição, bem entendido, de observar as leis que estabelecermos. Explicaremos, ao mesmo tempo, que a liberdade não consiste na devassidão e no direito à licença; de idêntico modo, a dignidade e a força do homem não consistem no direito de cada um proclamar princípios destruidores, como o direito de consciência, o de igualdade e coisas semelhantes; também o direito do indivíduo não consiste de modo algum no direito de excitar-se a si próprio e de excitar os outros, ostentando seus talentos oratórios nas assembléias tumultuosas. A verdadeira liberdade consiste na inviolabilidade da pessoa que observa honestamente e exatamente todas as leis da vida em comum; a dignidade humana consiste na consciência de seus direitos e, ao mesmo tempo, dos direitos que se não possuem, e não unicamente no desenvolvimento fantasista do tema de seu EU⁽²⁾.

Nosso poder será glorioso, porque será forte, governando e dirigindo, e não andando a reboque de líderes e oradores que gritam palavras ôcas, denominando-as grandes princípio, as quais, na verdade, não passam de utopias. Nosso poder será o árbitro da ordem que fará toda a felicidade dos homens. A auréola desse poder provocará a adoração mística e a veneração dos povos. A verdadeira força não transige com direito algum, nem mesmo com o direito divino: ninguém ousa atacá-la para lhe arrancar a menor parcela de seu poder⁽³⁾.

Notas e comentários:

⁽¹⁾ O Anticristo, dizem as profecias bíblicas, será em tudo semelhante ao Cristo, isto é, para enganar aos povos, tomará a aparência do Cristo. Vide neste código anticristão como o mal se disfarça com o bem. O que aqui se lê nos "Protocolos" está de acordo com o espírito daquilo que o judeu Max Nordau denominou Sionismo secreto, com as teorias do famoso achadamismo, ou doutrina do sionista Achad Haam, cujo verdadeiro nome é Asher Ginzberg. Tomemos o livro deste escritor judeu, publicado em inglês, "Transvaluation of values", e transcrevamos os trechos que combinam com os "Protocolos": "Israel restituirá à idéia do Bem a significação que teve outrora... O Bem aplica-se ao super-homem ou à super-nação que tenha que a força de se estender e completar sua vida, e a vontade de se tornar senhora do mundo, sem se preocupar com o que isso possa custar à grande massa dos povos inferiores nem com seus prejuízos. Porque só o super-homem ou a super-nação são a flor e o fim da espécie humana. O resto foi unicamente criado para servir a esse fim, para ser a escada pela qual é possível subir à altura ambicionada..."

Por essas e outras é que, na brochura "Le sionisme: son but, son oeuvre", L. Fry defende a tese de ser Achad Haam, ou Asher Ginzberg o autor dos "Protocolos". Aliás, em 1915, o judeu L. Simon, em "Morceaux Choisis de Ginzberg", escrevia: "Achad Haam é uma abstração, uma espécie de nome coletivo que se aplica a uma coleção de idéias concernentes ao judaísmo e ao povo judeu". Isto é de um nietzschenianismo hebraico bem característico. É lícito, depois de provas desta ordem, duvidar da autenticidade essencial dos "Protocolos"?

⁽²⁾ Estas idéias são idéias legítimas do Achadhamismo. O judeu Max Nordau, na sua polémica com Ginzberg, em 1903, a propósito do romance "Altneuland", dizia: "A idéia de liberdade está acima de sua concepção. Ele imagina a liberdade como o ghetto. Somente inverte os papéis. Por exemplo, as perseguições continuam, porém agora não mais contra os judeus e sim contra os gentios..." Confere...

⁽³⁾ É o poder na concepção judaica de Espinoza, do "direito natural da força", que não faz distinção entre o bem e o mal. A concepção dos "Protocolos" concorda em tudo, segundo L. Fry, op. cit., com a de Asher Ginzberg, no "Le Chémin de la vie": "Foi no espinosismo que foi buscar sua concepção do Estado judaico futuro, no qual a obediência cega será a lei, mesmo se ordenar aos homens que privem seus semelhantes da vida e da propriedade. O direito supremo do Estado, que controla não só as ações civis, mas também as manifestações espirituais e religiosas do povo, numa palavra, o despotismo civil e religioso traçado nos "Protocolos" como linha de conduta do futuro governo visível dos judeus foi tirado do tratado teológico-político de Espinoza".

CAPÍTULO XXIII

Resumo:

Redução da produção dos objetos de luxo. A pequena indústria. O desemprego. Interdição da embriaguez. Condenação à morte da antiga sociedade e sua ressurreição sob uma nova forma. O eleito de Deus.

PARA QUE os povos se habituem à obediência, é necessário habituá-los à modéstia, diminuindo, por conseguinte, a produção dos objetos de luxo. Assim, melhoraremos os costumes corrompidos pela rivalidade do luxo ⁽¹⁾. Restabeleceremos a pequena indústria que prejudicará os capitais particulares dos fabricantes. Isto é ainda preciso, porque os grandes fabricantes dirigem, muitas vezes sem o saber, é verdade, o espírito das massas contra o governo. Um povo que se ocupa de pequenas indústrias não conhece o desemprego, prende-se à ordem existente e, conseqüentemente, à força do poder. O desemprego é o que há de mais perigoso para o governo. Para nós, seu papel estará terminado logo que nos apossamos do poder. A embriaguês será também proibida por lei e punida como crime contra a humanidade, porque ela transforma os homens em bestas sob a influência do álcool.

Os súditos - repito-o mais uma vez - só obedecem cegamente a uma mão firme, completamente independente deles, na qual sintam um gládio para sua defesa e um apoio contra os flagelos sociais. Que necessidade tem de ver em seu rei uma alma angélica? Devem ver nele a personificação da força e do poder.

O soberano que tomará o lugar dos governos atuais, que arrastam sua existência no meio de sociedades desmoralizadas por nós, que renegaram mesmo o poder de Deus e no seio das quais se eleva por todos os lados o fogo da anarquia, esse soberano deve, antes de tudo, apagar essas labaredas devoradoras. Por isso, será obrigado a condenar à morte essas sociedades, embora tenha de afogá-las no próprio sangue, para ressuscitá-las sob a forma dum exército regularmente organizado, lutando conscientemente contra toda infecção capaz de ulcerar o corpo do Estado ⁽³⁾.

Esse eleito por Deus foi escolhido lá acima para quebrar as forças insensatas movidas pelo instinto e não pela razão, pela bestialidade e não pela humanidade. Essas forças triunfam agora, pilham, cometem toda a sorte de violências sob o pretexto de liberdade e direitos. Elas destruíram toda a ordem na sociedade para erguer sobre as ruínas o trono do rei de Israel; mas seu papel estará terminado no momento da elevação desse rei ao trono. Então, será preciso afastá-las de seu caminho, sobre o qual não deve haver o menor obstáculo.

Aí poderemos dizer aos povos: agradecei a Deus e inclinai-vos diante daquele que traz sobre o rosto a marca da predestinação, para o qual Deus ⁽⁴⁾ mesmo guiou sua estrela, a fim de que ninguém, exceto ele, pudesse livrar-vos de todas as forças e de todos os males ⁽⁵⁾.

CAPÍTULO XXIV

Resumo:

Fortalecimento das bases do rei David. Preparação do rei. Afastamento dos herdeiros diretos. O rei e seus três iniciadores. Inatacabilidade dos costumes públicos do rei dos Judeus.

PASSAREI agora aos meios de assegurar as raízes dinásticas do rei.

Os mesmos princípios que até hoje nos deram a nossos Sábios a direção de todos os negócios do mundo nos guiarão ⁽¹⁾. Dirigiremos o pensamento de toda a humanidade.

Vários membros da raça de David prepararão os reis e seus herdeiros, escolhendo os últimos, não segundo o direito hereditário, mas conforme suas eminentes aptidões; iniciá-los-ão nos segredos mais íntimos da política e nos planos de governo, com a condição, todavia, de ninguém ser posto a par de tais segredos. O fim de tal modo de ação é que toda a gente saiba que o governo somente pode ser confiado aos iniciados nos mistérios de sua arte.

Unicamente a essas pessoas será ensinada a aplicação dos planos políticos, a inteligência da experiência dos séculos, todas as nossas observações sobre as leis político-econômicas e sobre as ciências sociais, em uma palavra, todo o espírito dessas leis, que a própria natureza estabeleceu inabalavelmente para regular as relações entre os homens.

Os herdeiros diretos serão muitas vezes afastados do trono, desde que, durante seus estudos, dêem provas de leviandade, doçura e outras qualidades perniciosas e indesejáveis ao poder, que tornam incapaz de governar e prejudicam a função real.

Só os que sejam absolutamente capazes dum governo firme, inflexível até a crueldade, receberão o poder das mãos de nossos Sábios.

Em caso de enfermidade que produza o enfraquecimento da vontade, os reis deverão, de acordo com a lei, entregar as rédeas do governo em mãos novas e capazes.

Os planos de ação do rei, seus planos imediatos, com mais fortes razões seus planos mediatos, deverão ser ignorados mesmo por aqueles que designem como seus conselheiros.

Exclusivamente o rei e seus três iniciadores conhecerão o futuro.

Na pessoa do rei, senhor de si mesmo e da humanidade, graças a uma vontade inquebrantável, todos acreditarão ver o *destino com seus caminhos desconhecidos* ⁽²⁾. Ninguém saberá o que o rei quer alcançar com suas ordens e, por isso, ninguém ousará pôr-se de través num caminho ignorado.

É preciso, bem entendido, que a inteligência do rei corresponda ao plano do governo que lhe é confiado. Por isso, somente subirá ao trono depois de ter sido sua inteligência posta em prova pelos Sábios a que nos referimos. A fim de que o povo conheça e ame o seu rei, é necessário que converse com o povo na praça pública. Isto produzirá a união precisa das duas forças que hoje separamos pelo terror.

Esse terror nos era indispensável durante algum tempo, para que as duas forças caíssem separadamente sob a nossa influência...

O rei dos judeus não deve ficar sob o império de suas paixões, sobretudo sob o império da voluptuosidade: não deve dar por nenhuma face de seu caráter lugar a que seus instintos dominem sua inteligência. A voluptuosidade obra de modo pernicioso sobre as faculdades intelectuais e a claridade de visão, desviando os pensamentos para o lado pior e mais animal da atividade humana.

A pessoa do Soberano Universal da estirpe santa de David deve sacrificar a seu povo todos os gostos pessoais.

“Nosso soberano deve ser de exemplar inatacabilidade”